UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

JUCYCLER FERREIRA FREITAS

INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA / SURDA NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS/LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

CRATO–CE
2021

JUCYCLER FERREIRA FREITAS

INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA / SURDA NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS/LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri – UFCA, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável.

Área de concentração: Ciências Ambientais
Linha de Pesquisa: Saúde, Estado e Sociedade.
Sublinha de pesquisa: Políticas públicas, educação, tecnologia e inovação.

Orientadora: Drª. Estelita Lima Cândido
Coorientador: Dr. Marcus Vinícius de Oliveira Brasil

CRATO–CE
2021

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação.
Universidade Federal do Cariri.
Sistema de

Bibliotecas

F866i Freitas, Jucycler Ferreira.

Inclusão da pessoa com deficiência auditiva / surda na educação : uma análise sobre a implantação do curso de licenciatura em Letras / Libras da Universidade Federal do Cariri / Jucycler Ferreira Freitas. – 2021.

105 f.: il. color.30 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Cariri, Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), Crato, 2021.

Orientação: Profa. Dra. Estelita Lima Cândido. Coorientador: Prof. Dr. Marcus Vinícius de Oliveira Brasil.

1. Libras. 2. Educação de surdos. 3. Inclusão - surdos. I. Título.

CDD 419

Bibliotecária: Glacinésia Leal MendonçaCRB 3/ 925

JUCYCLER FERREIRA FREITAS

INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA / SURDA NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS/LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri – UFCA, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável.

Área de concentração: Ciências Ambientais
Linha de Pesquisa: Saúde, Estado e Sociedade.
Sublinha de pesquisa: Políticas públicas, educação, tecnologia e inovação.

Data da Aprovação: 21 / 10 / 2021.

Banca examinadora:

Estelita Lima Cândido

Profª. Drª. Estelita Lima Cândido (Orientadora)
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Marcus Vinicius de O. Brasil

Prof. Dr. Marcus Vinicius de Oliveira Brasil (Coorientador)
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Profª. Drª. Ana Carmita Bezerra de Souza (Membro Interno)
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Cicero Magérbio Gomes Torres

Prof. Dr. Cicero Magérbio Gomes Torres (Membro Externo)
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Dedico esta obra

Às pessoas que desejam adentrar no mundo da investigação científica, para que sigam com perseverança na descoberta de novos horizontes e, que os novos conhecimentos possam colaborar para o progresso da humanidade.

AGRADECIMENTOS

A Deus, como fonte de inspiração e de regojizamento cotidiano, o qual me proporcionou forças necessárias para seguir o trajeto, apesar de todos os percalços postos na trajetória.

Aos meus familiares por sempre me apoiarem ao longo da minha vivência no âmbito terrestre e por nunca me deixarem fraquejar. Por serem o fator que me impele a seguir e não recuar.

À professora/orientadora Estelita Lima Cândido, por ter norteado-me na investigação científica. Pela confiança e por toda a instigação necessária para a continuidade do processo e da descoberta deste mundo magnífico que é a ciência.

Ao professor/coorientador Marcus Vinicius de Oliveira Brasil, pelo apoio prestado ao longo do período de minha participação no mestrado, bem como pelo incentivo e pelo auxílio na condução da minha pesquisa.

À banca examinadora, por todas as contribuições relevantes para o aprimoramento do estudo.

Aos mestrandos, colegas e amigos da turma PRODER 2019, por todos os momentos partilhados e pelo apoio prestado.

Aos professores do Programa em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri, por terem transmitido de forma esplendorosa os conhecimentos os quais detêm. Assim como, por terem instigado o senso crítico em nós e nos colocado no caminho da busca pelo conhecimento científico.

Aos amigos e familiares, por todo o auxílio prestado para que esse momento se concretizasse.

Minha eterna gratidão a todos.

“[...] um povo acontece quando as pessoas se unem em torno de um mesmo sonho. É preciso devolver ao povo a capacidade de sonhar para que ele volte a ser povo”.

(Santo Agostinho)

RESUMO

O Estado tem o papel da garantia do bem-estar do indivíduo. Entretanto, pessoas com deficiência viveram excluídas desse meio. Porém, no Brasil, a formação de professores para o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) tem contribuído para a inclusão dessas pessoas. Nesse sentido, o estudo objetivou analisar o processo de implantação do curso de letras/Libras na Universidade Federal do Cariri (UFCA). Realizando um estudo quali-quantitativo, bem como análise do projeto político-pedagógico do curso (PPC) e a aplicação questionários semiabertos. Do PPC, categorizou-se o conteúdo, extraindo-se o objetivo do curso, a metodologia e a motivação para a implantação do curso. Além disso, a implantação do curso deu-se com o intuito de fortalecer linguística e culturalmente a comunidade surda caririense e cearense, cujo ato contou com a colaboração de entidades representativas surda. Doutra banda, a partir dos questionários aplicados, 61,36% dos discentes apontaram impactos positivos da aludida implantação, notadamente para a visibilidade da comunidade e da cultura surda. Aliás, 81,81%, creem que haverá a ampliação da oferta de profissionais habilitados a lecionarem Libras, o que foi corroborado por 42,85% dos servidores. Desse modo, a partir da inserção do surdo no contexto educativo, consentir-se-á do desempenho de suas competências no convívio social, como também permitirá a efetivação dos direitos da pessoa com surdez, inclusive o exercício pleno da liberdade e do acesso à educação.

Palavras-chave: Libras. Surdez. Educação de surdos.

ABSTRACT

The State has the role of guaranteeing the individual's well-being. However, people with disabilities have lived excluded from this environment. Nevertheless, in Brazil, the training of teachers to teach the Brazilian Sign Language (Libras) has contributed to the inclusion of these people. In this scenario, the study aimed to analyze the process of implementation of the Libras/Libras course at the Federal University of Cariri (UFCA) by conducting a quali-quantitative study, as well as analysis of the political-pedagogical project of the course (PPC) and the application of semi-open questionnaires. From the PPC, the content was categorized, extracting the course objective, methodology and motivation for the implementation of the course. Furthermore, the implementation of the course took place with the aim of strengthening linguistically and culturally the deaf community in Cariri and Ceará, whose act had the collaboration of deaf representative entities. On the other hand, from the questionnaires applied, 61.36% of the students pointed positive impacts of the aforementioned implementation, notably for the visibility of the community and the deaf culture. Where 81.81% believe that there will be an expansion of the offer of qualified professionals to teach Libras, which was corroborated by 42.85% of the servers. Thus, from the inclusion of the deaf in the educational context, the performance of their competences in their social life will be allowed, as well as allowing the realization of the deaf person's rights, including the full exercise of freedom and access to education.

Keywords: Pounds. Deafness. Deaf education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Expressões grafadas pelos acadêmicos acerca da Libras, da letras/Libras e da comunidade surda.....52

Figura 2 – Expressões grafadas pelos servidores acerca da Libras, da letras/Libras e da comunidade surda.....56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil dos 44 discentes do Curso de Licenciatura Plena em Letras / Libras da Universidade Federal do Cariri.....48

Tabela 2 –Aspectos relacionados ao Curso de Licenciatura Plena em Letras / Libras da Universidade Federal do Cariri.....50

Tabela 3 – Perfil dos Servidores do Curso de Licenciatura Plena em Letras / Libras da Universidade Federal do Cariri.....53

Tabela 4 – Aspectos avaliados pelos Servidores sobre o Curso de Licenciatura Plena em Letras / Libras da Universidade Federal do Cariri acerca da Infraestrutura.....54

Tabela 5 – Aspectos acerca da importância e impactos do Curso de Licenciatura Plena em Letras / Libras da Universidade Federal do Cariri.....55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese do Projeto Político-Pedagógico do curso de letras/Libras da UFCA.....59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACADA	Associação Caririense de Deficientes Auditivos
ACDPS	Associação Cratense de Defesa da Pessoa Surda
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
APILSMC	Associação dos Profissionais Tradutores e Intérpretes de Libras da Região Metropolitana do Cariri
ASC	Associação dos Surdos do Cariri
ASURMC	Associação dos Surdos da Região Metropolitana do Cariri
CNS	Conselho Nacional de Saúde
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INES	Instituto Nacional de Educação dos Surdos
INTRA	Instituto Transformar
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPRS	Índice Paulista de Responsabilidade Social
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LSCB	Língua de Sinais dos Centro Urbanos Brasileiros
MEC	Ministério da Educação
MPF	Ministério Público Federal
MS	Ministério da Saúde
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PPC	Projeto Político-Pedagógico do Curso
RFB	Receita Federal do Brasil

SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SISU	Sistema de Seleção Unificado
STF	Supremo Tribunal Federal
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNIVASF	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....16

2. REFERENCIAL TEÓRICO.....22

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUAS NUANCES.....22

2.2 EDUCAÇÃO COMO ELEMENTO EMANCIPADOR DO SURDO.....29

2.2.1 O Processo de Legitimação.....29

2.2.2 História da Instrução Educacional do Surdo no Contexto Internacional.....32

2.2.3 Integração do Surdo no Aspecto Educativo em Nível Nacional.....40

3. PERCURSO METODOLÓGICO.....44

3.1 ABORDAGEM E TIPO DE PESQUISA.....44

3.2 LÓCUS DA PESQUISA E PARTICIPANTES DO ESTUDO.....44

3.3 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....46

3.4 ANÁLISE DE DADOS E DE CONTEÚDO.....46

4. RESULTADOS.....48

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS DISCENTES DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI.....48

4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIDORES DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI.....52

4.3 CARACTERIZAÇÃO DOS DIRIGENTES E DAS ENTIDADES DA COMUNIDADE SURDA.....56

4.4 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPC) DO CURSO EM LICENCIATURA PLENA EM LETRAS / LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI.....59

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....62

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....72

REFERÊNCIAS.....75

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA SERVIDORES DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS/LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI.....86

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA REPRESENTANTES DE ENTIDADES DA COMUNIDADE SURDA.....93

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS DO CURSO DE LETRAS/LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI.....97

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO ELETRÔNICO COM RECURSOS DE MULTIMÍDIA DESTINADO AOS ALUNOS E SERVIDORES VINCULADOS AO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS/LIBRAS DA UFCA.....103

1. INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento inicialmente é confundido com o crescimento econômico, o que impõe aos países que galgavam tal status, a busca incessante pela acumulação de riquezas e assim se tornar supostamente “desenvolvidos”, no entanto não se leva em considerações as carências oriundas da coletividade. Surgindo nesse contexto, diversos indicadores para auferir esse crescimento (VEIGA, 2010).

Para Veiga (2010), o desenvolvimento é uma mudança qualitativa relacionada aos processos histórico-culturais, os quais requerem a expansão da liberdade, custeio público de serviços sociais, não estando relacionado apenas à renda *per capita*. Podendo assim, ser medida pela longevidade e pela saúde da população, bem como através do acesso à instrução, à recursos, bem como através da participação comunitária.

Para o supracitado autor, a sustentabilidade exprime a carência de utilização com responsabilidade dos recursos ambientais, inserindo-os na agenda política, sendo necessário que exista a compatibilidade entre o crescimento e a preservação da natureza para produzir recursos renováveis, limitando a utilização dos recursos os quais não possuem essa capacidade de regeneração. Entrentanto, isto só é possível por meio do respeito à capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais, gerando assim, um imperativo ético para as gerações atuais e futuras. Dado o exposto, percebe-se que a sustentabilidade é medida através dos sistemas ambientais, dos estresses, da vulnerabilidade humana, da capacidade social e institucional e, pela responsabilidade global.

Assim percebe-se que a sustentabilidade e o desenvolvimento, dentro dessa perspectiva, perpassam pelo processo educacional, cujos sujeitos são construídos para uma nova visão de mundo, o que inclui a prática de preceitos éticos, os quais vão desde o respeito ao semelhante, à preservação da natureza e, por consequência, a manutenção dos meios necessários para que a vida possa subsistir no meio ambiente.

Dessa forma, para que exista qualidade de vida, em inúmeras situações, é necessária a intervenção estatal por meio da oferta de políticas públicas as quais podem ser traduzidas em ações ou programas. Nesse sentido, impõe ao Estado a atuação positiva por meio da oferta de serviços, tais como: saúde; educação, moradia. Além disso, é imprescindível que se reconheçam os valores culturais que se encontram arraigados na sociedade, bem como, exista a construção de espaços para o exercício da liberdade, colocando por terra os obstáculos que impedem o seu livre arbítrio e, quiçá, se construa um ambiente democrático. Ademais, os

bons conviveres também implicam na superação das dificuldades econômicas dos sujeitos envolvidos na relação social.

Sabe-se que os surdos seguiram por certo tempo sendo posto à margem da sociedade, por não aceitar a anomalia social e, por conseguinte, os compeliam a serem inseridos e a participarem do contexto educacional através de mosteiros, asilos e unidades escolares as quais adotavam o regime de internato, tornando-se os espaços sociais onde se permitia o desempenho do processo instrucional (GESSER, 2009).

Em decorrência do Congresso ocorrido em 1880, a comunidade surda vivenciou um processo excludente de seus direitos linguísticos e, por conseguinte, negação de sua identidade e dos aspectos culturais que trazia consigo, haja vista ser vedada a utilização da língua de sinais e imposição da utilização do oralismo (SOUSA, 2014).

Assim sendo, o presente estudo ancorou justamente na perspectiva da atuação efetiva do Estado, por meio da oferta de serviço público de modo universal por ser um elemento essencial para a superação de barreiras impostas aos sujeitos mais fragilizados da relação vertical. Além do mais, tal oferta pode empoderar o indivíduo e permitir que tenha potencialidade para superar as dificuldades impostas pela sociedade; estando incluso, nesse contexto, a pessoa com deficiência auditiva/surda.

É indispensável, não apenas a superação das desigualdades sociais, mas também todas as maneiras que impedem o pleno exercício das liberdades individuais, inclusive, no tocante à liberdade de expressão, que de certa forma tolhe a autonomia a qual deve ser intrínseca ao surdo por força dos atos normativos os quais lhe resguardam.

A inclusão de pessoas com deficiência auditiva/surdas está intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento sustentável, e nessa perspectiva, Sen (2010), comenta que a liberdade torna-se o fim precípuo do desenvolvimento. Em suma, não há que se falar em liberdade, quando em muitas situações não se consegue exprimir sua opinião, haja vista a falta de comunicação que ocorre por diversas vezes entre o ouvinte e o falante; violando, assim, o direito fundamental de liberdade.

O estudo torna-se relevante, diante das dificuldades apontadas por diversas pesquisas, como a necessidade de uma educação bilíngue para o surdo (COSTA, KELMAN, 2013). Somado a isso, há também o parco quantitativo financeiro investido na inclusão do surdo na área educacional, a escassez de profissionais qualificados envolvidos nesse processo e a literatura restrita em relação a estudos sobre as dificuldades dos alunos e as políticas de acessibilidade (SANTANA, 2016). Ainda se vislumbra a necessidade de formação

profissional ajustada à cultura surda, como processo intrínseco para que haja êxito no processo educacional e inclusão social do surdo (CARVALHO, TAVARES, 2010).

No Brasil, há mais de nove milhões de pessoas com deficiência auditiva/surdas e, conforme o último Censo Demográfico, mais de 500 mil pessoas com deficiência auditiva/surdas se encontram no território cearense (IBGE, 2010). É imprescindível que se dê atenção a esse público significativo em termos populacionais, principalmente, no que tange à educação, o que perpassa pela formação de professores com habilidades para o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), bem como capacite os alunos para estabelecerem comunicação com a população surda, que muitas vezes é estigmatizada e posta à margem do espaço social o qual ocupa.

De acordo com o Censo Escolar do ano de 2018, há no Brasil 119.522 estabelecimentos da educação especial, dos quais 117.592 se constituem em classes comuns, 3.401 são classes exclusivas e 29.775 são classes de atendimento educacional especializado – AEE. Havendo nas classes comuns 57.279 matrículas de pessoas com deficiência auditiva/surdas e nas classes exclusivas, 8.333 com essa deficiência (INEP, 2019). Quanto à presença de docentes na Educação Especial em âmbito nacional, há 515 profissionais atuando em classes comuns com presença de pessoas com deficiência auditiva/surdas e 142 docentes em salas exclusivas (INEP, 2019).

É importante destacar que existem 7.415 cursos de licenciatura no Brasil, dos quais 23 são públicos e três são privados e se destinam à formação em Letras/Libras, contudo, de 6.338 ingressos, apenas 504 pessoas concluíram o curso. Dentre os dados apontados, há também sete públicos e quatro privados para a licenciatura em Letras Português/Libras, ingressando 1.244 pessoas e concluindo somente 156. É salutar que, dos 23 cursos públicos de Letras/Libras, oito estão na Região Nordeste, não se incluindo em tal situação apenas o Estado da Bahia. Contudo, esse Estado e o Rio Grande do Norte possuem um curso de Letras Português/Libras, cada um (INEP, 2019).

No ano de 2019, havia 1.628.676 matrículas em cursos de licenciatura presenciais e à distância, das quais apenas 43.633 são ocupadas por pessoa com deficiência, dentre elas, 2.235 casos de surdez, sendo que 1.500 estão na rede privada. Os dados ainda apontam que 5.978 são deficientes auditivos, e, destes, 3.791 integram a rede privada. Além do mais, há 132 pessoas com surdocegueira, das quais 66 estão na rede particular. Nesse contexto, estão matriculados no Ceará 82 surdos, 207 pessoas com deficiência auditiva e três com surdocegueira (INEP, 2019).

Considerando a pequena quantidade de cursos de letras/Libras na Região Nordeste, o curso implantado na UFCA apresenta uma importância imensurável para a comunidade surda e seus comunicantes do estado do Ceará e com possibilidades de se amplificar para inúmeros estados. Diante de tamanha representatividade desse curso, tornou-se necessário descrever os aspectos relacionados à sua implantação, tais como instituições envolvidas no processo de criação do curso; funcionamento, dificuldades enfrentadas pela comunidade acadêmica e suas perspectivas, a proposta curricular do curso e o que ele representa na vida dos atores envolvidos. Acredita-se que a realização deste estudo poderá estimular e instrumentalizar outras entidades e instituições de ensino superior a criarem outros cursos de letras/Libras, aumentando assim o acesso da comunidade deficiente auditiva/surda ao ensino superior.

É essencial a abertura e interiorização de cursos de licenciatura plena em letras/Libras ou em letras português/Libras, para que se preparem profissionais voltados para o ensino em outros cursos de ensino superior e na educação básica. Além disso, ainda é essencial tal processo, haja vista o parco número de profissionais com habilitação para o magistério.

Cumpre evidenciar que o curso de licenciatura plena em letras/Libras da Universidade Federal do Cariri surge em momento oportuno, haja vista a posição geográfica estratégica onde foi inserido. Outro fator existente, é o quantitativo de sujeitos com deficiência auditiva/surdos presentes não só no Estado do Ceará, mas também nos estados circunvizinhos.

A Lei Nº 10.436/2002, o Decreto Nº 5.296/2004 e o Decreto Nº 5.626/2005 estipulam dentre outras incumbências, a necessidade de formação dos docentes para lecionarem Libras nas séries primordiais do ensino fundamental, no ensino médio e no ensino superior, o que se dará através da graduação, ou seja, da licenciatura plena em letras/Libras (UFCA, 2018b).

Considerando que na área de abrangência da Universidade Federal do Cariri (UFCA) há 88.791 pessoas com deficiência auditiva/surdas (IBGE, 2010), compreende-se a necessidade de implantação do curso de licenciatura plena em letras/Libras para atender esse público. Contudo, esse processo de construção perpassa por atos normativos da instituição de ensino, bem como por órgãos do Ministério da Educação.

Nesse contexto, construiu-se a seguinte pergunta como ponto de partida: Como tem sido a efetivação do curso de licenciatura plena em letras/Libras da UFCA? Há a implantação dos direitos do surdo/pessoa com deficiência auditiva, notadamente no âmbito educacional? Como esse processo traz uma contribuição para a concretização desses direitos?

Vinculada a pergunta anterior, surgiram muitos outros questionamentos, por exemplo, existem docentes em número satisfatório com habilitação em Libras para o ensino de pessoas

com deficiência auditiva/surdas no cariri e centro-sul cearense? Quais barreiras enfrentadas para a implementação e para a manutenção de cursos de ensino superior em Libras? Quais as barreiras a serem superadas pela pessoa com deficiência auditiva/surda no ensino superior?

Para tanto, não houve a intenção de responder a tais questões nacionalmente, mas podendo se conhecer o fenômeno no contexto local, a partir do recém-implantado curso de letras/Libras na Universidade Federal do Cariri. Para isso, adotou-se uma metodologia exploratória mista, com métodos qualitativos e quantitativos descritivos, analisou-se o Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC), como também se aplicou questionários semiabertos aos participantes da pesquisa, os quais são dirigentes de entidades, servidores e alunos do curso de letras/Libras da UFCA.

Nessa perspectiva, o estudo almejou analisar o processo de implantação do curso de letras/Libras na Universidade Federal do Cariri (UFCA), bem como descrever os fatores que influenciaram a implantação do curso de letras/Libras na microrregião do Cariri. Além desses fatores, é importante descrever a conjuntura do curso de licenciatura plena em letras/Libras, e; indicar os impactos do curso e as perspectivas sob a ótica da comunidade envolvida no processo.

É importante ressalta também que havia o desígnio de avaliar as seguintes suposições hipotéticas, a saber: Se a implementação do curso de licenciatura em letras/Libras na UFCA foi fruto da participação popular e resultou da luta de sociedades organizadas como as entidades que defendem os direitos da pessoa com deficiência auditiva/surda; se o PPC apresenta uma proposta que atende aos preceitos éticos de formação do sujeito, à medida que atende aos atos normativos aos quais regem a educação; bem como se o curso de licenciatura plena em letras/Libras tem potencial de impacto para a comunidade.

O estudo em comento tem início no término de 2019, onde na cidade de Wuhan, China, surgiu os primeiros indícios do coronavirus e em janeiro de 2020, declarou-se, através da Organização Mundial de Saúde, o surto do novo coronavírus, que na época constituía-se como emergência de saúde pública de importância internacional (OPAS, OMS, 2021).

Em março do mesmo ano, por meio do aludido órgão internacional de saúde, a COVID-19, restou caracterizada como uma pandemia, haja vista a existência da doença em distintos países e regiões pelo mundo (OPAS, OMS, 2021).

Na data de 5 de novembro de 2021, haviam 248.467.363 casos confirmados da COVID-19 e 5.027.183 mortes em âmbito mundial (OMS, 2021). Além disso, no Brasil, no dia 7 de novembro do ano em curso, apresentavam-se 21.874.324 casos confirmados e

609.388 (MS, 2021). Outrora os estados apresentavam índices alarmantes, fazendo com que os países passassem a implementar medidas sanitárias destinadas a prevenção da disseminação da COVID-19 e, por conseguinte, letalidade dos habitantes mundiais.

Através da Lei Nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, no parágrafo 1º, do artigo 3º, passou a prevê a possibilidade do desenvolvimento de atividades não presenciais por intermédio das tecnologias da informação e comunicação (BRASIL, 2020a). Além disso, a Portaria Nº 661, de 9 de abril de 2020, passou a autorizar no âmbito do Ministério da Educação, o desempenho do trabalho remoto (MEC, 2020).

Por meio da Resolução Nº 2, de 10 de dezembro de 2020, o Conselho Nacional de Educação, regulamentou e permitiu a substituição das aulas presenciais por não presenciais (CNE, 2020).

Com a adoção de tais medidas, passa-se a implementar de modo mais profícuo um sistema de ensino diverso do aplicado até então. Com isso, passa-se a exigir do docente a mutação com relação ao planejamento das aulas a serem ministradas, haja vista, que deixam o ambiente físico e adentram ao espaço virtual.

Nesse tocante, o estudo inicialmente foi planejado para ser desempenhado de forma presencial, contudo encontrou o entrevero decorrente do período pandêmico, o que impôs a mutação do que fora planejado e implicou na aplicação dos questionários através de plataforma virtual do Google Forms, e, por conseguinte, retardo da conclusão da pesquisa.

É importante referir que o contato do pesquisador com o objeto de pesquisa ocorreu em face da proximidade com a comunidade surda, que integra há certo período. Cuja temática tornou-se afeta ao mestrando, haja vista que a partir da implementação do curso de licenciatura plena em letras/Libras da Universidade Federal do Cariri surgiram inúmeras implicações no ímpeto da aludida agregação social, despertando assim, o anseio em compreender o objeto mencionado anteriormente.

De tal modo que a dissertação produto da pesquisa fora estruturada nas seguintes sessões textuais: inicialmente apresenta-se o desenvolvimento sustentável e suas peculiaridades. Em seguida, mostra-se a educação como instrumento de emancipação do sujeito surdo. A posteriori, traça-se o percurso metodológico percorrido para a consecução dos objetivos propostos. Por fim, apresentam-se os resultados, realizando entre eles uma discussão e expondo-se as principais conclusões decorrentes do estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUAS NUANCES

O desenvolvimento foi tratado por certo tempo como sinônimo de crescimento econômico e era auferido a partir de indicadores, entre eles, o produto interno bruto (PIB). Para tanto, visando a afastar essa concepção, cria-se o índice de desenvolvimento humano (IDH) como instrumento de parâmetro para a aferição desse desenvolvimento. Assim, a busca do desenvolvimento passa a ser um dos fundamentos de existência da Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse contexto, a expectativa de vida se encontra em interação direta com as oportunidades sociais, a exemplo da educação, o que exprime que o desenvolvimento não deve ser focado somente na renda *per capita* (VEIGA, 2010).

O desenvolvimento não deve ser auferido apenas com embasamento no aspecto econômico, requer a incorporação do eixo social, o que implica na encampação dos sujeitos que lhe integram e, por conseguinte, oferta do gozo dos direitos sociais, estando incluso a educação, o que também denota a vivência em um ambiente democrático que propicie o exercício da liberdade em plenitude.

O século XX mostra-se como um tempo onde se finca o regime democrático, o qual denota a participação popular que, em conjunto com esse, formam a organização política, a fim de garantir os direitos humanos e a liberdade política os quais integram essa história. Nesse sentido, a restrição da liberdade está intrinsecamente relacionada à necessidade de serviços públicos, entre eles, um serviço educacional bem planejado. Portanto, requer que seja dada maior notoriedade ao serviço educacional na economia pobre, pois é fator agregador para o crescimento econômico (VEIGA, 2010).

Ao término do ano 2000, buscou-se analisar os efeitos decorrentes dos programas primordiais de desenvolvimento e de extirpação da pobreza, nos quais se detectou que o dilema do desenvolvimento não está intrínseco ao fator econômico, nem tampouco tecnológico, mas cultural, institucional e espiritual, inclusive no que concerne à concentração dos recursos em determinada ação (JARA, 2001).

É importante compreender que o desenvolvimento possui caráter qualitativo e cumulativo, enquanto o crescimento possui caráter quantitativo. Assim, surgem vários índices que buscam aferir aquele processo, a exemplo da municipalização do IDH e do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS). Tais índices denotam uma ideia de competição de caráter

desenvolvimentista, sendo que o último, busca medir o processo de desenvolvimento a partir da renda, longevidade e escolaridade (VEIGA, 2010).

Nesse diapasão, não há como se auferir a acumulação desenvolvimentista de um determinado âmbito pátrio, sem que se leve em consideração o aspecto social, que desemboca por consequência no usufruto, por parte dos sujeitos, dos serviços estatais, que lhes propiciem a longevidade e a instrução básica. Não havendo que se falar em desenvolvimento, onde não se encampa o tripé basilar da sustentabilidade a qual se transfigura no aspecto econômico, social e ambiental.

O desenvolvimento corresponde a um procedimento inerente à economia, ao social, à cultura e à política, o qual possui caráter amplo e objetiva aprimorar o bem-estar dos sujeitos, a partir de um processo participativo que terá relevante contribuição no desenvolvimento e na distribuição das benesses que dele decorrem. Considerando esse contexto percebe-se que a democracia se mostra como um dos instrumentos mais céleres para que se atinja uma coletividade sustentável, baseada na solidariedade e na inclusão de todos os integrantes, estando incluso nesse processo os mais vulneráveis (BOFF, 2015).

Para que uma sociedade seja justa, é imprescindível que se reconheça as distinções existentes em seu meio e se busque mecanismos que proporcionem a minimização de tais diferenças a partir do processo inclusivo. É imperioso que, para tanto, se resguarde a reverência aos aspectos culturais oriundos de inúmeras culturas e, por conseguinte, torne-as intrínsecas ao processo educacional. Desse modo, é necessário que os sujeitos se sintam parte do processo educacional, que tem caráter acolhedor, o que necessariamente perpassa pela garantia do acesso à comunicação em sua plenitude e, por conseguinte, pela garantia da prática da língua de sinais, como é o caso do surdo.

Na verdade, o processo de desenvolvimento perpassa pela ampliação das oportunidades dadas aos sujeitos para moldar a sua existência e traçar a meta que desejar atingir. Para tanto, é necessário que se propiciem meios aptos a aflorarem tais anseios e que possibilitem sua efetivação, além da descoberta das aptidões e das capacidades. Desse modo, o surdo requer que os processos, nos quais estão submergidos, tenham potencialidades as quais façam com que desabrochem tais características e que, por consequência, proporcionem meios para o desempenho da sua autonomia plena.

Nesse sentido, é interessante perceber que a educação perfila um dos parâmetros que deve ser levado em consideração para fins de reforma institucional, por ocasião da qual a sociedade busque um modo de desenvolvimento sustentável (CAVALCANTI, 1997). Logo, o

desenvolvimento em âmbito nacional requer que o crescimento ocorra de modo que as primazias produtivas sejam voltadas para as carências primordiais e que a alocação dos dispêndios públicos seja dedicada aos anseios humanos preferenciais (GOULET, 1997).

É interessante reiterar que o desenvolvimento prescinde da remoção das principais barreiras impostas ao livre exercício da liberdade, não estando escuso dessa situação o negligenciamento da oferta dos serviços públicos (SEN, 2010). Dessa forma, ao se proporcionar o acesso à educação, o sujeito tem as suas vistas a oportunidades de superar diversos dilemas, dentre eles, a pobreza e a falta de acesso ao mercado de trabalho. Além de ser uma forma de proporcionar ao indivíduo, o pleno exercício da liberdade de expressão, já prevista na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º.

O papel inerente ao homem não se resume apenas em produção de capital e em acumulação de bens. Incorpora também o desenvolvimento social e político, haja vista que aquelas situações mantêm foro íntimo com o desenvolvimento econômico. Para tanto, é forçoso que haja dentre outras atuações, a ampliação da educação básica e, por conseguinte, sua universalização (SEN, 2010).

Há que se ressaltar, também, o fato de que o desenvolvimento deve permitir que os sujeitos possam revelar suas aptidões de modo que possam viver como desejarem, implicando na tutela aos direitos humanos, que, por conseguinte, desembocará na democracia (VEIGA, 2010). Assim sendo, a ineficiência dos mecanismos de promoção e inclusão social implicam na ausência do desenvolvimento, cujo processo foi construído historicamente, a partir da apropriação comum dos sujeitos no que tange aos direitos humanos (SACHS, 2002).

É cogente para fins de reconhecimento do desenvolvimento, que exista a promoção de oportunidade para os sujeitos, inclusive por meio do uso de métodos os quais proporcionem a inclusão na vivência social no contexto do surdo, sobretudo no que se reflete através do resguardo da comunicação, que se dá por intermédio da língua de sinais, o que lhe propiciará o desenvolvimento pleno e tornar-se pessoa empoderada para o desempenho dos afazeres que decorrem do exercício da cidadania.

Torna-se viável a formulação de políticas de desenvolvimento, onde a equidade seja o preceito valorativo norteador do avanço econômico e da exultação das carências do ser humano, como também a cautela com a natureza tornem-se os anseios primordiais da coletividade construída de modo arranjado, tornando com que a vivência popular seja enriquecida pelo empoderamento dos sujeitos submergidos no seio social (JARA, 2001).

Do mesmo modo, a cultura também se torna um preceito primordial para o desenvolvimento. Por esse motivo, a gestão pública é uma temática notadamente cultural, inerente à integralidade de sujeitos, que implica na interação decorrente das relações sociais de natureza complexa, bem como possui aptidão para atrelar os preceitos valorativos, normativos, os conhecimentos e os aspectos emotivos do sujeito (JARA, 2001).

A miséria, a disparidade, o extermínio ambiental, a corrupção e a supressão social constituem o espelho o qual restitui à coletividade a representação do seu padrão de desenvolvimento. Mais precisamente, a coletividade insustentável é reflexo da óptica de mundo, fruto do que fora semeado, atribuindo-se a obrigação de sanear-se de modo veemente as mazelas coletivas e sociais (JARA, 2001).

Há carência em desempenhar outro modo de desenvolvimento o qual seja norteado para o atendimento às carências humanas, a fim de que haja harmonia com a natureza, exista a solidariedade coletiva, participação política, reverência aos direitos humanos bem como preceitos valorativos culturais (JARA, 2001).

É fundamental compreender que o desenvolvimento prescinde da transformação, notadamente em nível social, para que a coletividade incorpore novos valores, promovendo a inclusão social e albergando o aspecto cultural que o sujeito traz consigo, enfim extirpando os dilemas sociais presentes na coletividade. Não havendo como se abordar toda essa conjuntura, sem que haja menção aos surdos e a todas as características que carregam consigo, notadamente, no que tange à utilização de uma língua dispare das demais, a qual esteja presente na comunidade. A coletividade ainda será tida como sustentável a partir do instante em que for propiciado a aquisição da autonomia através do trabalho, bem como quando as pessoas que estão submergidas no processo social tenham resguardado o direito de participação (BOFF, 2015).

Nesse tocante, para que os sujeitos tenham resguardado o direito de participação no processo decisório da sociedade, que por consequência, desembocará em muitas circunstâncias na formulação de políticas públicas. Para tanto, é cogente que sejam resguardados os meios de comunicação os quais permitem aos sujeitos a efetiva participação no referido processo. Isso implica dizer que, quanto aos surdos, forçoso se faz que haja o respeito e o resguardo da sua língua e das formas pelas quais se expressam. Portanto, enquanto determinante da formação do capital humano, a educação e a cultura tornam-se elementos basilares para a constituição do referido capital, o que requer que o processo educacional do surdo esteja permeado dos aspectos culturais que lhe são peculiares.

Por seu turno, a sociedade hodierna requer um novo início imbuído de novas concepções, novas óticas e novos anseios. Dessa maneira, requer que a sustentabilidade seja fundamentada na universalidade dos elementos que integram a coletividade, o que perpassa pelas comunidades e pelas culturas. Compreende-se então que as atitudes adotadas pela humanidade devem ser condizentes com as aptidões dos biomas, bem como as carências presentes e futuras das gerações. Assim, como sustentáculo da sustentabilidade, faz-se necessário que o desenvolvimento possua aspecto econômico viável, seja justo na visão social e correto sob a ótica ambiental, ao que se atribui a nomenclatura de *triple botton line* (BOFF, 2015).

Seguindo os referidos fundamentos, cita-se como exemplo o Bem Viver, projeto libertador e tolerante, oriundo de histórias de luta e resistência, colocando-se como sucedâneo para a construção de sociedades democráticas (ACOSTA, 2017). Busca-se um convívio harmonioso entre sujeitos, reconhecendo os vários valores culturais que permeiam o ambiente e um ordenamento social galgado nos Direitos Humanos e nos Direitos da Natureza (ACOSTA, 2017). Estão inclusas, nesse contexto, as pessoas com deficiência auditiva/surdas, como sujeitos de luta as quais requerem que não só haja respeito aos direitos sociais, entre eles, à educação, com o direito à liberdade de expressão, sem interveniência de um terceiro na comunicação e que sua expressão possa ser fidedigna ao que realmente se deseja externar.

Por sua vez, a sustentabilidade está intrinsecamente relacionada ao dilema existente entre conservação ambiental e crescimento econômico (VEIGA, 2010). Para tanto, tornou-se necessária a compreensão de que os recursos naturais e capitais possuem caráter de complementaridade, sendo que aqueles não devem ser tidos sob a ótica de que podem ser facilmente substituídos por estes.

Nesse sentido, percebe-se que é relevante assegurar que haja a utilização dos bens e serviços pelas gerações presentes, sem comprometer o referido usufruto pelas gerações futuras, sobretudo, porque desse modo nasce a sustentabilidade, exigindo uma postura responsável no que concerne a esse uso dos recursos naturais. Isto tudo implica em estagnação populacional, práticas econômicas que incorporem os custos reais, primazia do crescimento qualitativo em detrimento do quantitativo, utilização de tecnologias com mínimo impacto ambiental, equidade na distribuição das riquezas, instituições de caráter global e transnacional com aptidão para lidar com dilemas globais emergentes; público consciente sobre os desafios conjecturados para o futuro, bem como predomínio de ações que visem à integração na

diversidade (VEIGA, 2010). Por tudo isso, a sustentabilidade pode ser vislumbrada social, cultural, ambiental, territorial, política e economicamente.

É interessante notar que a sustentabilidade perpassa pelo processo educacional, o que faz com que o ser humano veja as relações as quais mantêm com a sociedade dentro das diretrizes para o equilíbrio ecológico e à vida em comunidade. Aliás, parafraseando Paulo Freire, a educação é tida como ferramenta de mudança dos sujeitos que serão responsáveis pela mudança mundial (BOFF, 2015).

Na sustentabilidade vislumbrada na vertente social, há maior notoriedade para o bem-estar do ser humano, a condição humana e os meios usados como instrumento para aumento da qualidade de vida. Efetivamente, o acesso a serviços, entre eles, à educação pode ter relação ou não com os rendimentos ou riquezas da comunidade (BELLEN, 2006).

Verifica-se também que a sustentabilidade e o nexo social decorrem do aparelhamento, da mobilização em nível social e de relacionamentos de fidúcia, sintonia e dependência recíproca. Isso vem sendo vislumbrado nos anseios das pessoas que se encontram em situação subalterna, que interligadas e movimentadas, descobrem com independência progressiva, as competências e habilidades humanas que trazem consigo, ao identificar seus dilemas e carências (JARA, 2001).

Hodiernamente, a sociedade carece estar galgada na interação social de dependência mútua, onde exista o respeito à justiça e ao livre arbítrio. Contudo, só se tornam palpáveis a partir do instante em que todos usufruem em iguais condições e chances dos mesmos atributos, cuja condição precípua para o surdo é o estabelecimento da comunicação, que no caso dos surdos, se dá através da língua de sinais.

Certamente o conhecimento transforma-se em fator de sustentabilidade na proporção em que os indivíduos habilitados aplicam o conteúdo apreendido em certa conjuntura, traduzido a partir do modo de tomada de deliberações inteligentes e pedagogias que atrelem os envolvidos. A informação torna-se elemento primordial para abastecer os responsáveis pela compreensão e efetivação das sugestões voltadas para a desenvolvimento sustentável local, como também para a geração do capital humano e social (JARA, 2001).

Na óptica expandida e sistemática, a sustentabilidade alberga o aspecto ambiental, econômico, social, político, cultural e espiritual, as quais se interrelacionam e possuem mutualidade, não podendo ser desprezadas no processo de equacionamento do desenvolvimento, cujos dilemas que surgem nessa interação requer saídas que envolvem múltiplos aspectos (JARA, 2001).

No eixo social, a sustentabilidade compreende a isonomia concernente à promoção dos recursos e aos aparelhos sociais, primando também para que se alcance um patamar admissível de semelhança social. No aspecto político, busca-se a assimilação por todos os direitos humanos, incluindo uma condição plausível de coerência social (SACHS, 2002). Com efeito, emerge a convivência harmônica entre as vertentes social, ambiental e econômica, isto é, o ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável (VEIGA, 2010).

Para que se consiga atingir o patamar da sustentabilidade e, por conseguinte, transformar-se o desenvolvimento com o cunho sustentável, é imprescindível que exista igualdade de condições sociais, o que implica em resguardos dos direitos inerentes ao sujeito. Não há como se vislumbrar o desenvolvimento apenas sob a visão econômica e ambiental e, desprezar o aspecto social uma vez que é integrante do tripé da sustentabilidade. Sem dúvida, em relação ao surdo, não haverá esse respeito caso sua língua não seja reverenciada.

Torna-se conveniente mencionar que o desenvolvimento sustentável decorre de uma conduta consciente e ética frente às propriedades e às ocupações restritas da terra, impondo um significado de justo alcance e autotutela a serem aplicados contra as compulsões produtivistas e de consumo, as quais estão adaptadas ao meio cultural preponderante. Do contrário, afeta o capital natural, que carece ser preservado e, se possível, enriquecido (BOFF, 2015).

Faz-se necessário esclarecer que o ponto central e necessário para a transformação social, consiste em compreender a acepção da vivência e do viver em coletividade, cujo processo educativo, torna-se apto para liberar a aptidão do ser humano, capacitando-os a serem mais autônomos e possuindo integralidade no que concerne aos aspectos da consciência, da colaboração, da aptidão de abarcar o mundo, de lidar com as transformações e de exercitar a cidadania para atuar como um indivíduo cívico (JARA, 2001).

Certamente, o processo instrucional torna-se primordial para o desempenho de competências no sujeito, tornando o indivíduo mais independente e ensejando o surgimento de competências que lhe proporcionem a efetiva participação social, cujo fator é imprescindível para que se considere a existência de um ambiente sustentável, no qual o sujeito desenvolve o capital social, por meio de sua colaboração nesse meio e com capacidade cognitiva de criação. Essas pontencialidades desabrocham a partir do instante em que o sujeito desempenha seu aspecto cognitivo, que no caso do surdo, se dá por meio do contato tenro com a língua de sinais, a qual propicia a capacidade efetiva de participar das deliberações sociais.

A assimilação das características da existência no âmbito social e cultural estabelece ligações à instauração de parceria para os afazeres contíguos em volta de desígnios corriqueiros, cujos exames exitosos em desenvolvimento pontual são os que adotam a identificação e o empoderamento das coligações comunitárias, provocam a participação, incitam a permuta de conhecimentos entre o grupo, e ainda dispõem os elementos de promoção à comunicação, cujos pré-requisitos se tornam indispensáveis à atração dos procedimentos concernentes ao desenvolvimento sustentável (JARA, 2001).

Em decorrência do processo de empoderamento, os sujeitos têm a carência de se agregarem em estruturas coletivas com embasamento democrático, que costumeiramente são denominamos de associações ou entidades representativas. Tendo em vista os aspectos observados, os surdos encontram nessas entidades o porto seguro para a detecção de seus dilemas, sobretudo, a inclusão no contexto educacional e, a partir de então, passam a buscar a resolutividade.

A inclusão comunicativa do surdo atende ao desenvolvimento do capital humano e, consequentemente, o social o qual se constitui como aspecto essencial para que se reconheça a presença da sustentabilidade. Logo, prescinde que todos os setores da coletividade estejam preparados para o estabelecimento da interação e apreensão de informações inerentes ao desempenho cidadão. Contudo, torna-se imprescindível que o contexto educativo seja efetivamente inclusivo, o qual requer a formação de profissional com competências para tanto e, por conseguinte, ampliação de vagas e cursos formativos da língua de sinais.

2.2 EDUCAÇÃO COMO ELEMENTO EMANCIPADOR DO SURDO

2.2.1 O Processo de Legitimação

A Constituição Federal do Brasil considerava a educação como integrante do rol dos direitos sociais (BRASIL, 1988), uma vez que se constitui como um direito universal e obrigação imputado ao Estado e à família, buscando-se a plenitude do desenvolvimento da pessoa e da sua preparação para o exercício da cidadania de forma isonômica ao acesso e à permanência no âmbito educacional (BRASIL, 1988).

No Brasil, em 24 de outubro de 1989 se instituiu a lei nº 7.853, que trata sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, nela se assevera o auxílio do poder público na garantia

da plenitude do exercício dos direitos básicos destas pessoas, incluindo-se o direito à educação de modo a propiciar o seu bem-estar pessoal e social (BRASIL, 1989).

Efetivamente se assegurou a inserção da educação especial no sistema educacional, passando a exigir formação específica, inclusive, a realização de matrícula compulsória das pessoas com deficiência em cursos regulares, desde que sejam capazes de se integrarem ao sistema regular de ensino (BRASIL, 1989). Logo, vislumbra-se que nesse momento inicial ainda não se acredita nas potencialidades da pessoa com deficiência, tanto que pela redação legal, apenas os "aptos" a ingressarem no sistema regular de ensino poderiam fazê-lo.

O sistema educacional é regido pelo pluralismo de acepções pedagógicas, a gestão democrática e o resguardo de padrão de qualidade (BRASIL, 1988). Dessa maneira, requer que esse sistema encampe diversas práticas pedagógicas primando pelo ensino e aprendizagem, o que exige do docente a didática e, por consequência, a busca incessante de práticas as quais efetivamente promovam o aprendizado, que no caso do aluno surdo, perpassa pela oferta do ensino acessível. Mais precisamente, carece que seja disponibilizado o efetivo espaço de discussão na construção educacional, incluindo nesse contexto o surdo, uma vez que requer das pessoas que o integram, a capacidade de compreender tudo o que implica necessariamente na comunicação estabelecida através da língua de sinais.

Em 2000, institui-se a lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a qual tutela a promoção da acessibilidade, isto é, o artigo 17 prima pela extirpação dos obstáculos existentes na comunicação, buscando tornar os seus sistemas acessíveis, para asseverar o acesso a diversos direitos os quais são peculiares ao cidadão, inclusive a educação (BRASIL, 2000). Contudo, a Constituição vigente estabelece que o ensino fundamental regular se dará através da língua portuguesa (BRASIL, 1988), o que contraria e se coloca na contramão do processo inclusivo, haja vista que a comunidade surda detém uma língua materna e que deve ser ofertada em todos os seus contextos.

Considerando esse contexto, percebe-se o quão estigmatizado é o surdo, inclusive, no contexto educacional, uma vez que deveria ter contato com o sistema regular de ensino através da língua de sinais na tenra idade, e não por imposição de via judicial, único mecanismo que assegura a acessibilidade comunicacional. Para o surdo, a língua de sinais é indispensável à liberdade de expressão e à aprendizagem. Por isso, é essencial que ela permeie o âmbito educacional.

Indubitavelmente, a educação básica tem o objetivo de desenvolver o educando, bem como o fornecimento dos instrumentos necessários à evolução para níveis mais avançados de

estudos, estipulando também que haverá professores do ensino regular para a integração dos educandos com deficiência às classes comuns. Ainda se ofertará uma educação especial voltada ao trabalho, como meio de promoção da efetiva integração no convívio em sociedade (BRASIL, 1996).

Nesse contexto, surge a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a qual dispôs acerca da língua brasileira de sinais, que no artigo 4º se estipulou que os entes federados devem promover a inclusão do ensino da língua de sinais em cursos de formação docente, bem como no ensino médio e superior (BRASIL, 2002). Entretanto, é necessária a habilitação profissional para a docência dessa língua, carecendo da ampliação de espaços formativos destinados a essa finalidade.

O decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, instituiu o plano de metas e compromisso de todos pela educação. O artigo 2º prima pelo combate à evasão por meio do acompanhamento das razões particulares e da sua superação, garantindo o acesso e a permanência das pessoas com deficiência nas classes regulares de ensino (BRASIL, 2007).

Somente por meio da lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021 (BRASIL, 2021a), ocorre a concretização da modalidade de educação bilíngue de surdos no contexto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Em vista disso, extrai-se o surdo do contexto da educação especial e o insere em uma modalidade autônoma de educação.

Na perspectiva democrática na qual se vive, é primordial que se oferte às pessoas com deficiência e surdos o efetivo acesso à educação no âmbito do ensino regular, para que desse modo ocorra a efetiva integração social com outros sujeitos rotulados por “normais” e que esses possam aprender a conviver com as diferenças, incluindo, as linguísticas. Entretanto, também é necessário um ambiente acessível e, no caso dos surdos, com docentes habilitados para lecionarem, ou seja, com formação em língua de sinais ou com habilitação para tanto, permitindo o alcance a patamares educacionais mais elevados, inclusive o ensino superior.

Em relação ao ingresso no ensino superior, os surdos sofrem imenso prejuízo em relação aos demais concorrentes, considerando-se que não detém de um quantitativo de profissionais suficiente para lecionarem a língua de sinais nas etapas anteriores de ensino e os colocarem em situação isonômica com os demais concorrentes ouvintes, tornando o processo seletivo desleal e excludente.

Às universidades se assegura o gozo da autonomia em diversos aspectos, inclusive a didática e a administrativa, através do desempenho indissociável do ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988). Logo, no pleno exercício dessa autonomia, carece que para ser

inclusiva, sejam adotados novos mecanismos didáticos e novas formas de ingresso, para que a pessoa com deficiência possa não só acessar o ensino superior como também permanecer nesse âmbito. Para tanto, o ambiente precisa ser acessível, abarcando a infraestrutura e o estabelecimento da comunicação efetiva.

No que concerne à autonomia inerente à universidade, essa possui a capacidade de criar cursos de educação superior, bem como fixar o número de vagas em consonância com a capacidade institucional e as reivindicações do meio, inclusive a ampliação desse quantitativo, como também realizar a propositura no que concerne ao seu quadro docente e técnico (BRASIL, 1996). Contudo, é perceptível a existência de uma quantidade ínfima de cursos que não suprem a carência advinda da sociedade, a exemplo dos cursos que habilitam profissionais para lecionarem a Libras.

Torna-se fundamental, portanto, que a inclusão das pessoas com deficiência, por meio da efetivação dos direitos humanos os quais lhe são peculiares, torne-se uma temática intrínseca à promoção do desenvolvimento sustentável, que não é concebível se não é observado o tripé da sustentabilidade, notadamente, o social o qual perpassa pelo respeito aos direitos dos sujeitos que integram a sociedade.

2.2.2 História da Instrução Educacional do Surdo no Contexto Internacional

O contexto histórico o qual permeia o surdo, parte do pressuposto do trabalho desempenhado pelos docentes ouvintes em face dos surdos discentes, bem como através do avanço médico em razão da cura da surdez, além dos inúmeros métodos desenvolvidos pelos ouvintes para serem aplicados no processo educacional do surdo. Assim, o processo histórico do surdo se deu numa óptica obtida a partir dos relatos dos ouvintes (STROBEL, 2016).

No que diz respeito à educação empreendida pelos religiosos, no século XIV, destinava-se aos integrantes da nobreza e aos príncipes herdeiros, objetivando a promoção de subsídios os quais permitiam a manutenção dos bens da família (LOPES, 2011). Nesse tocante, o processo educacional de cunho internacional direcionado ao surdo tem seu nascedouro no século XVI, por ocasião do surgimento dos precursores da educação surda. Assim, o primeiro defensor desse processo inclusivo é Cardano, o qual afirma que o surdo merece passar pelo processo educativo e instrucional, sendo considerado uma falha não fazê-lo (GOLDFELD, 2002).

Os educadores instituíram distintos métodos para ensinarem aos surdos. Alguns eram desenvolvidos com base na língua oral e outros por meio da língua de sinais, originária das comunidades surdas e perpassadas por gerações. Houve ainda aqueles que desenvolveram o método do ensino por meio de códigos visuais, que não eram considerados como parte de uma língua (GOLDFELD, 2002).

No século XVI, no território espanhol, o monge beneditino Pedro Ponce de Leon lecionou para quatro surdos oriundos da nobreza, os quais foram orientados para o aprendizado do grego, latim, italiano, física e astronomia. Para tanto, desenvolveu o método com base na datilologia, na escrita e na oralização, além de ter instituído uma escola para docentes de surdos (GOLDFELD, 2002).

Sabe-se que, desde os primórdios do contexto histórico a que se tem acesso, a busca pela exclusão dos aspectos inerentes à língua surda torna-se perceptível, visto que o processo se objetiva à preponderância da oralização em detrimentos dos demais fatores intrínsecos ao surdo, ou seja, o contexto ouvinte busca se mostrar em grau de supremacia.

Na Espanha desse período, existiam dois irmãos surdos do Conde de Castilha com direito à sucessão ao reino. Para demonstrar a aptidão dos aludidos herdeiros em assumirem os compromissos e as posses, o pedagogo Pedro Ponce de Leon esforçou-se para que instruíssem e tornassem aptos a demonstrar a envergadura de suas competências intelectuais (LOPES, 2011).

Nesse período, impunha-se à prole surda da nobreza que aprendesse a oralidade, a leitura, a escrita, desenvolver contas, rezar, assistir à missa e a praticar o ato de confissão por meio do vocábulo oralizado, cuja palavra servia para visibilidade do sujeito nobre, e o tornava referência para os demais em face da sua educação e posição social (LOPES, 2011). Dessa forma, os descendentes da nobreza eram apreciados pela assimilação do vocábulo, além de diversas requisições que eram cominadas à nobreza, o que corroborava o intenso afazer de lecionar para nobres com surdez (LOPES, 2011).

Observa-se o quão robusto era o anseio pela oralização do surdo, para que assim pudesse conviver em sociedade e, ao mesmo tempo, vislumbra-se o quanto era arraigado o preconceito social, cuja surdez o impunha a inaptidão para o exercício de deveres sociais. Por outro lado, esses discentes se mostram detentores de todas as potencialidades inerentes ao sujeito e que possui habilidades para desempenhar as obrigações, desde que ocorra o estímulo sensorial necessário.

No Monastério de Oña, onde Ponce de Leon desempenhava suas incumbências com as pessoas surdas advindas da nobreza, havia outros sujeitos surdos, contudo, eram trabalhados separadamente. Apesar de não haver um anseio pela instituição de agrupamentos, reuniram-se surdos em um mesmo âmbito. Nesse contexto, os gestos que as crianças traziam consigo a partir das experiências domiciliares transfiguraram-se em um meio de comunicação viável na relação interpessoal no ambiente educacional (LOPES, 2011).

Por seu turno, Ramirez de Carrión aplicou-se no processo instrutivo de outro jovem com surdez o qual pertencia a família do Conde de Castilha, o qual buscou também o auxílio de Juan Pablo Bonet, para o desenvolvimento do processo educativo dos surdos. É bom acrescentar que através dele se reconhece a carência da particularização educacional surda para precaver a ocorrência de prováveis desatenções (LOPES, 2011).

Convém lembrar que era proibida a aproximação surda, para que não ocorressem acidentais junturas entre os surdos da nobreza e os demais, pois existia a máxima cautela para que se preservasse a distinção dentro da diferença, promovendo a manutenção da particularidade, no que tange ao modo de atuar, de pensamento e produção sensorial, já que cada qual carecia ser mantido na sua cultura. Os descendentes advindos da pobreza eram encarcerados em instituições de caridade, que por sua vez, tinham a incumbência de promover a sua doutrinação (LOPES, 2011).

Existia no procedimento educativo um isolamento progressivo institucionalizado, em virtude de existir uma instituição voltada à pobreza e outra à nobreza, sendo conferido a essa o acesso ao conhecimento científico, enquanto àquela apenas os meios que possibilitassem serem apenas servis. O domínio do saber serve como instrumento de articulação do poder, criando-se castas que constituem os sujeitos como diferentes e dos quais carecem manter distanciamento para não se tornarem semelhantes (LOPES, 2011).

No ano de 1620, Juan Martin Pablo Bonet, lança livro acerca da instituição do alfabeto manual de Ponce de Leon e, em 1644, publica-se a primeira obra em inglês versando acerca da língua de sinais, de autoria de J. Bulwer, cujo autor acreditava no caráter universal da língua de sinais. Esse autor também lança outra obra em 1648, na qual chancela à língua de sinais a capacidade de expressão conceitual nos mesmos moldes da língua oral (GOLDFELD, 2002).

A evolução da educação surda denota-se primordial, inclusive para o reconhecimento das potencialidades advindas da utilização dos sinais no mesmo patamar do processo oralizado, bem como o reconhecimento dos aspectos lexicais e gramaticais intrínsecos a esses

sinais. Ademais, passa-se a ter o surdo não mais sob a óptica da casta de onde procedia, mas como sujeito que merecia o acesso igualitário ao meio educativo, apesar da repugnância empregada em relação à utilização dos sinais em detrimento da perspectiva oral, sobretudo no âmbito educacional.

No ano de 1750, em solo francês, o Abade Charles Michel de L'Epée, baluarte da história surda, por meio da aproximação com os surdos os quais vagavam pelos logradouros de Paris, aprendeu a língua de sinais com eles e a partir disso, unificou-a com a gramática sinalizada francesa. L'Epée instituiu uma unidade escolar pública, cujo estabelecimento funcionava em sua residência, pois acreditava que o surdo, independente de origem social, carecia do acesso à educação de cunho público e gratuito (GOLDFELD, 2002).

Naquele mesmo ano, no território alemão, a partir das concepções de Samuel Heinick, surge o precursor da filosofia oralista, a qual pregava pelo ensino através da oralidade e repugna a língua de sinais, sendo esta pessoa o instituidor da primeira escola pública que desenvolvia o método oralista. Contudo, os métodos de L'Epée e Heinick foram postos à prova da comunidade científica, sobressaindo o que fora defendido por L'Epée (GOLDFELD, 2002).

Em 1760, L'Épée institui, em Paris, o primeiro estabelecimento educacional público para surdo e, com ele, o ensino em coletividade, possibilitando que inúmeros surdos se pronunciassem em grupo, mas também promovendo o reconhecimento da modalidade linguística surda como modo de comunicação e técnica de aprendizagem (LOPES, 2011).

O território francês da época tornou-se um terreno fértil para a plantação e frutificação da formação do povo surdo, além da elevação da língua de sinais como integrante da linguística e propulsora do processo de interação surda e, conseguinte utilização para auxiliar na aprendizagem surda, inclusive por meio da contextualização fática. Contudo, a chancela à aquisição do conhecimento era corroborada por meio da aplicação de provas assistidas pelo público presente, submetendo o sujeito a situações de caráter vexatório, com o intuito de comprovar suas aptidões cognitivas.

Importa lembrar que a técnica empregada por l'Épée versava em lecionar sinais que faziam referência a artefatos característicos e mostrar representações para que os surdos apreendessem os atos os quais eram manifestados, em seguida buscava atrelá-los ao sinal com a grafia francesa. Como não existia um sinal correspondente, recorria-se à visibilidade direta grafada a realização da explicação desejada. A técnica do abade almejava a operacionalização da aprendizagem (LOPES, 2011).

A metodologia de ensino aplicada por l'Épée consistia na prática recorrente e na memorização ao longo do procedimento de ensino, cuja mente carecia estar com abundância de concepções. Em razão do processo educativo surdo ser destinado ao desempenho cognitivo, seu processo avaliativo, instituído por sujeitos especialistas, almejava aferir conteúdo. Logo, as pessoas surdas eram forçadas a comprovar publicamente seus conhecimentos através de exames com periodicidade anual por meio do francês, do latim ou do italiano. O aludido exame buscava a obtenção da resposta de 200 quesitos versando sobre religião, além disso, incumbia ao surdo a realização de sinais correspondentes a 200 verbos, carecendo desempenhar a conjugação de qualquer um. Requisitava-se também o domínio de outros aspectos inerente à língua abordada (LOPES, 2011).

É necessário evidenciar que as pessoas surdas ao se submeterem aos exames de cunho público, passavam a ser considerados como peças de averiguação, de bisbilhotice e de notícia. Sendo transfigurado em caso a ser avaliado, confrontado, exposto, descrito, rotulado, afastado e regularizado (LOPES, 2011).

A submissão aos certames avaliativos de cunho público, buscam satisfazer os anseios populares, como meio de abdicar do reconhecimento da língua surda e torná-lo apto a integrar uma sociedade "normal". Por outro lado, incorpora-se o aspecto pedagógico ao ensino, todavia, com o caráter do professor como detentor e legitimador do saber, cuja prática educativa perpetuou-se por inúmeros anos.

Em contraponto, a visão incorporada ao ensino surdo adquire um novo paradigma, permitindo ao surdo galgar o patamar da docência. Esse posicionamento permitiu também que pudesse buscar melhoria no contexto educativo, devendo-se a prática da língua de sinais o desempenho de distintas competências e, consequentemente, o exercício de diversas atividades, inclusive laborais.

Entretanto, ainda se apresentavam os estigmas que permeiam a vida do surdo, notadamente, a marginalização social, a qual lhe impunha o acesso ao sistema educativo por meio internato. Outro fator é que se atrelava a deficiência à saúde, impondo-lhe a submissão a tratamentos paliativos e que almejam o desenvolvimento da fala, como ato inerente aos anseios dos ouvintes, para assim considerá-lo normal aos padrões sociais da época.

O século XVIII foi um período promissor para o sistema educacional do surdo, pois teve propulsão tanto a nível qualitativo quanto quantitativo, haja vista que foram ampliadas as escolas voltadas para o ensino do surdo, bem como se estabeleceu metodologias de ensino

através da língua de sinais que os tornavam aptos ao aprendizado de inúmeras temáticas e desempenho de diversos trabalhos (GOLDFELD, 2002).

Desde o século XVIII, o processo educacional da prole foi confiado à escola através do sistema de internato, por meio do qual os familiares realizavam a transferência de parcela de sua obrigação educacional para a escola. Assim, as famílias dos surdos visualizavam nesse espaço, um ambiente propício para assegurar o desempenho do filho, além de ser estimulador também era permeado de cautela relacionada à saúde. A surdez, vislumbrada como dilema atrelado à saúde do indivíduo, à punição ou ao que merece passar por procedimento corretivo, era tratada objetivando a minimização de sequelas manifestas, impondo aos surdos a desenvolverem a fala como se ouvintes constituíssem (LOPES, 2011).

Ainda no século XVIII, cumpre evidenciar que devido à prática do desenvolvimento da oralidade do surdo com o intuito de torná-lo normal, não se pensava em instituir turmas formadas apenas por discentes surdos, pois poderia configurar em ímpeto de resistência à prática terapêutica e procedimentos de instrução e oralização com mecanismo atemorizante (LOPES, 2011).

Nesse período, a educação surda era permeada pela oralidade, bem como exibição do surdo à plateia numerosa concentrada para assistir seu ato de falar. Preponderava a concepção religiosa defensora da oralidade, compreendida como único modo compulsório de estabelecimento de comunicação com os surdos, cujo posicionamento perdurou do século XVII até o século XX (LOPES, 2011).

No término do século XVIII, a surdez se transforma em espaço permeado pela cultura, adotando o cunho filosófico. O ensino de surdos submergidos, no grupo surdo, adquire a produtividade e desencadeia a geração de outros discursos que demandam visões distintas acerca do processo formativo, corporal e linguístico inerente ao surdo, carecendo da adoção de distintas atitudes e condutas pedagógicas (LOPES, 2011).

A transfiguração da forma de visualização da surdez além das fronteiras religiosas e incorporação filosófica, permitiu que o surdo tivesse o ponto de vista cultural levado em consideração, pois para que se compreenda o sujeito, carece também que sejam considerados os aspectos socioculturais que o norteia.

É notório que o processo formativo educacional requeria do sujeito condutor a implementação de diversas técnicas educacionais e pedagógicas, que no caso do surdo, é preciso dispor de todas as ferramentas as quais permitam a ele compreender as distintas explicações, conduza-o ao processo de assimilação e inserção na prática cotidiana educativa.

Para tanto, demandava que o educador se valesse de todos os modos disponíveis no âmbito educativo, os quais permitissem o estabelecimento da comunicação com o surdo, objetivando com isso o êxito no aprendizado.

No que concerne ao continente americano, mais especificamente nos Estados Unidos da América, em 1817, Thomas Hopkins Gallaudet e Laurent Clerc instituem o primeiro estabelecimento escolar destinado aos surdos estadunidenses, cuja metodologia era uma espécie de francês sinalizado, adaptado à língua inglesa. Com isso, se concebe um método que posteriormente se transforma na filosofia da comunicação total (GOLDFELD, 2002).

A partir de 1821, as escolas americanas passam a se direcionarem a American Sign Language (ASL), sendo incorporada aos estabelecimentos escolares em 1850 e nos moldes do que ocorria em significativa quantidade de países europeus. Com isso, houve um acréscimo do nível de escolarização dos surdos, os quais tinham possibilidade de aprendizado das disciplinas por meio da língua de sinais. Assim, em 1864 institui-se a primeira unidade universitária voltada para surdos, recebendo a nomenclatura de Universidade Gallaudet (GOLDFELD, 2002).

Em decorrência da propagação tecnológica vivenciada na época, e que possibilitava o aprendizado da oralidade pelo surdo, ou melhor, a partir de 1860, esse método adquire robustez, conseguindo adeptos os quais passam a acreditar que a língua de sinais traria prejuízos para a aprendizagem por meio da língua oralizada, cuja concepção ganha notoriedade com o falecimento de Clerc (GOLDFELD, 2002).

A aplicação da língua de sinais, no ensino surdo, mostrou-se realmente capaz de propiciar o progresso do sujeito com surdez, a julgar por ter incrementado maiores níveis de escolarização do mesmo, o que lhe trouxe maior competência para o desempenho da vida laboral e social. Contudo, apesar dos progressos propiciados pela língua de sinais, a prática ouvinte de subestimação, subordinação e primazia da oralização e, consequente negação do surdo, submetia-o aos anseios ouvintes.

É inquestionável que a oralização não faz parte do âmago surdo, mas trata-se de uma imposição da classe predominante, que não via o surdo como um sujeito com cultura e denotações sociais peculiares. Tratando de “incluir” por meio de atos que na verdade tornam-se excludentes, tendo em vista que impõe ao surdo o aprendendizado algo que não lhe é nato.

Assim, o principal defensor do oralismo, Alexander Graham Bell, possuiu grande notoriedade e influenciou significativamente no desenrolar do escrutínio realizado por ocasião do Congresso Internacional de Educadores de Surdos, no ano de 1880 em Milão. Nesse

evento fora posto qual o método a ser desempenhado na educação de surdos, sobressaindo o oralismo e vedando-se a sinalização. Os docentes surdos tiveram seu direito de voto tolhido (GOLDFELD, 2002).

Como se pode perceber, a filosofia oralista reflete o anseio dos sujeitos ouvintes em visualizar o surdo nessa condição, mesmo que tenha de submetê-lo a estigmas e rechaçá-lo do seio da sociedade em caso de ineficiência de adaptação ao aspecto oral do sujeito. Então, novamente se reverbera o fator negacionista da existência da surdez como aspecto intrínseco ao ser humano e o coloca em um contexto vexatório e forçoso, que se destinava ao aprendizado da fala e do ouvir.

Contata-se que esse congresso teve como pressuposto o desempenho de atividade em volta da retomada da fala e da audição da pessoa surda, pois se acreditava que ela só teria possibilidade de desempenho emocional, social e cognitivamente por meio da oralização, sendo integrado como um ser produtivo ao contexto ouvinte. Buscava-se impedir a comunicação por meio da língua de sinais, por isso muitos surdos tinham as mãos atadas e sofriam punições físicas ao realizarem a tentativa de comunicar-se nessa língua, haja vista que a surdez era vista como uma aberração social (GESSER, 2012).

Com a adoção de tal medida, no século XX, houve um decréscimo no nível de escolarização dos surdos, cujo método oral sobressaiu até a década de 1970, momento em que William Stokoe torna pública a obra científica de sua autoria, a qual demonstra que a ASL era congênere as línguas orais. Com isso, desencadeiam-se inúmeros estudos acerca da língua de sinais e da sua aplicabilidade no ensino e convívio dos surdos, o que ensejou o uso da língua de sinais e códigos manuais no serviço educacional de crianças surdas (GOLDFELD, 2002).

Na época, Dorothy Schifflet, docente e genitora de surdo, implementou a abordagem total a qual mais tarde fora denominado por Roy Holcom de comunicação total, cujo método se utiliza da totalidade de meios de comunicação e, não somente, a língua de sinais. Nesse período, alguns países vislumbram que a língua de sinais carecia ser usada, independente do uso da oralidade, ou seja, deveriam ser usadas em momentos distintos e não concomitantes, com isso, dá-se ensejo à filosofia bilíngue, que surge em 1980 e adquire notoriedade em 1990 (GOLDFELD, 2002).

Apesar da preponderância do oralismo por relevante período, a língua de sinais ainda conseguiu se manter robusta, tendo em vista que, enquanto essa proporcionava progresso educativo do surdo, aquela transfigurava-se em regresso. Inclusive, levando ao reconhecimento da sua relevância em conjunto com outros mecanismos os quais propiciem o

estabelecimento da comunicação entre os sujeitos e, por consequência, aptidão para participação no âmbito social.

2.2.3 Integração do Surdo no Aspecto Educativo em Nível Nacional

Em território pátrio, o ensino de surdo iniciou-se sob os auspícios do Instituto de Paris, cuja unidade escolar precusora deu-se em 1857, no Rio de Janeiro, instituída pelo ex-diretor desse instituto francês e docente surdo Hernest Huet, o qual foi trazido pelo imperador Dom Pedro II com a finalidade de lecionar para duas crianças com surdez, sendo que a remuneração do profissional seria custeada pelos cofres públicos (GOLDFELD, 2002; LOPES, 2011).

Em 26 de setembro de 1857, constituiu-se o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, entidade educacional que utilizava a língua de sinais. Esse instituto recebeu a colaboração de Dom Pedro II e possuía o caráter caritativo e benevolente. Nesse período, houve a geração de inquietação no meio social, a qual não aceitava que os surdos tivessem acesso educacional semelhante ao dos ouvintes, recebendo a pecha pejorativa de “infelizes” (GOLDFELD, 2002; LOPES, 2011).

Vislumbrou-se o aspecto assistencialista empregado aos surdos, cujo tratamento social prestado a eles não se mostrava distinto do que ocorria em nível internacional. A presença em demasia da sectarização social, tendo por fundamento a surdez, o que lhes impunha a participação em um contexto educacional díspar do proporcionado ao sujeito ouvinte. Doutra banda, com o transcorrer dos anos encamparam-se aspectos pedagógicos no contexto educativo, que são permissivos para o uso do corpo como instrumento educacional. Com isso, permite-se que se norteei o surdo a trilhar pelo percurso do uso de gestos com instrumento de interação social e, notadamente no processo de ensino e aprendizagem.

No ano de 1930, o Instituto Nacional de Surdos adquire uma nova nomenclatura e passa a ser denominado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). No contexto pedagógico, as atividades eram vedadas, até o século XIX, às crianças, pois exigiam expressão corporal, a exemplo de danças e jogos, tidas como estimulantes para o desempenho de uma sexualidade desviante. Todavia, passam a ser vislumbradas como estruturadores do espírito, passando a compor os métodos escolares (LOPES, 2011).

Tendo em vista o uso de uma língua visual e espacial, que se relacionava com o corpo e suas expressões, o surdo trilhava pela aquiescência da linguagem gestual, a qual no passado

se admitia a utilização de gestos, que eram visualizados pelos educadores ouvintes como instrumento de aprimorar o aprendizado dos surdos em relação as acepções lecionadas no âmbito educacional (LOPES, 2011).

Desde 1911, o aludido instituto preconizou pela aplicação do oralismo nas disciplinas. Contudo, a língua de sinais ainda sobreviveu até 1957, quando fora vedada de utilização em âmbito de sala de aula. Contudo, ainda assim, persistiu sendo usada nos pátios e corredores do referido estabelecimento escolar. Por seu turno, ao término da década de 1970, com a professora Ivete Vasconcelos, docente da Universidade Americana Gallaudet, desembarca em território nacional a filosofia da comunicação total (GOLDFELD, 2002).

Por muitos anos, sob o auspício da aquiescência do oralismo como prática predominante destinada ao surdo, a língua de sinais, apesar de rechaçada, ainda permanecia sendo praticada no âmbito surdo. Mesmo com essas mudanças, ainda assim se via o surdo na perspectiva da terapia auditiva com o intuito de desenvolver a fala e, consequentemente, pudesse ser considerado como pertencente ao seio social. Entretanto, a surdez tem o condão de congregar os sujeitos em torno de agrupamentos, isto é, do povo surdo.

Na perspectiva médico-educacional, releva-se o aspecto da habilitação fonoaudiológica destinada aos surdos e, consequente, negativa do uso da língua de sinais e do convívio coletivo mútuo dos surdos, buscando-se um alinhamento corporal, negando o seu modo peculiar de ser, por meio do desempenho oral, isto é, do sentido auditivo e da oralidade (SÁ, 2010).

Os estudos, que possuem o surdo em seu cerne, têm a compreensão da surdez enquanto distinção a qual congrega, provoca e nutre a interação entre os surdos, bem como conflitos e caracterizações concebidas na essência do oportuno grupo. É uma distinção que não visa a apontar quem é o sujeito surdo, nem como ele carece improvisar para desempenhar a identidade surda, dentre outras particularidades (LOPES, 2011).

Busca-se, na concordata das distintas perspectivas de cunho teórico e permissivo, pensar diferentes interações a partir da centralidade cultural, problematizar a surdez como um fator inclusivo e excludente, bem como determinante para algumas situações de vivência e de comunicação. Além disso, torna-se determinante para a formação de congregados sociais cujos moldes de ser e de se pautar com os demais são partilhados (LOPES, 2011).

Aproximadamente nos anos 80, no Rio de Janeiro e em São Paulo, profissionais pesquisadores da educação, da psicologia, da filosofia e da sociologia se tornaram aos poucos

adeptos da temática surda, procurando o entendimento acerca de como a língua de sinais ultrapassava as identidades dos sujeitos que a partilhava (LOPES, 2011).

Conjectura-se o quão longínqua fora a aceitação do surdo no meio social, visto que pesquisadores somente buscam se debruçar após transcorridos anos a fio de muita segregação e sofrimento impelido aos sujeitos surdos. Tudo isso em busca de satisfazer uma sociedade preconceituosa e incapaz de aceitar e conviver com as diferenças que nela se apresentam. Logo, insurge um levante em busca do reconhecimento linguístico da língua de sinais, inclusive no âmbito educacional, o que implicou em severos prejuízos de desempenho educativo desse público, tendo em vista a sua inclusão tardia no âmbito educacional.

Com o advento das aquisições surdas e os achados relacionados à língua de sinais, docentes iniciaram o processo de reivindicação em conjunto com pessoas ligadas à linguística, à história, à antropologia e à psicologia, vias alternativas de ensino e de vivência, voltadas para a pessoa surda (LOPES, 2011).

As batalhas em busca da importância da língua de sinais no contexto escolar, bem como da comunidade surda e pelo término das práticas de oralização nas ações destinadas aos surdos, somente tomaram o panorama educativo com maior notoriedade acadêmica, social e política no término da década de 80 e início dos anos 90 (LOPES, 2011).

A instrução de pesquisadores e professores de surdos se iniciou no fim de 1980 e início de 1990. Período que se buscava a insubordinação surda às situações impositivas decorrentes dos ouvintes acerca da representação surda e da surdez. Agregando o levante surdo aos movimentos étnicos, passando a compreender a surdez como uma distinção tramada no âmbito e pelo agrupamento social, assim, o surdo passou a compor um agrupamento étnico minoritário (LOPES, 2011).

Apesar da ocorrência da suposta inclusão, ainda assim, os surdos se insurgiram em face dos ouvintes, como meio de demonstrar-lhes a fidedigna representação acerca do surdo e, consequente repulsa da equivocada concepção acerca dela. Para que ocorra a compreensão do contexto surdo, é inevitável que se compreenda os fatores culturais e territoriais os quais estão inclusos.

Compreender a distinção surda enquanto diferença intrínseca à cultura e reconhecer que a língua de sinais é uma língua peculiar ao surdo, ainda se constitui como um obstáculo em diversos ambientes educacionais e sociais, cujas conquistas não se deram de modo homogêneo nas regiões brasileiras, nem tampouco em seu interior (LOPES, 2011).

Com a robusta proeminência dada à instrução de docentes e pesquisadores surdos, notadamente no nível educacional, os cursos destinados ao magistério tornaram-se os mais buscados pelos surdos, a fim de promoverem a sua formação. Lutava-se pela qualificação profissional surda, que os tornassem aptos a servirem de referência para crianças e jovens com surdez (LOPES, 2011).

Por fim, baseado nos estudos da docencia, Lucinda Ferreira Brito implementa o bilinguismo, que, com o passar dos anos, mais especificamente em 1994, passa a utilizar a abreviação Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) – instituída pela comunidade surda como forma de designação da Língua de Sinais dos Centro Urbanos Brasileiros (LSCB) (GOLDFELD, 2002).

Recentemente, fora aprovada a lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021 (BRASIL, 2021a), cujo instrumento normativo incrementa na lei de diretrizes e bases da educação nacional uma nova modalidade de ensino, destinada à educação bilíngue de surdos. Assim, nessa modalidade de ensino, a língua de sinais passa a ser reconhecida como primeira língua e o português escrito se insere como segunda língua. O aludido ato normativo, em seu artigo 60-B, requer que os sistemas de ensino asseverem aos discentes surdos a existência de professores bilíngues, inclusive em nível de ensino superior (BRASIL, 2021).

Assim, cabe a uma faculdade ao estudante surdo ingressar nessa modalidade de ensino. Todavia, a oferta educacional trata-se de uma incumbência inerente ao Estado, o que implica em realização de investimentos e formação de capital humano, destinada ao processo educativo desse sujeito. Logo, requer o envidamento de esforços voltados à promoção de formação específica docente, a exemplo do município de Juazeiro do Norte, onde irá se implementar a primeira escola bilíngue destinada aos surdos da região do cariri cearense e uma das primeiras do nordeste (JUAZEIRO DO NORTE, 2021).

Outrossim, torna-se imprescindível e de forma veemente a formação destinada à docência surda, o que implica na implementação de novos cursos e ampliação de vagas inerentes à licenciatura a qual habilita à docência da língua de sinais.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

No aludido capítulo, expõe-se o delineamento e a descrição dos aspectos inerentes à metodologia adotada ao longo do desenvolvimento do estudo, a conjectura da pesquisa, as finalidades precípuas e secundárias, os procedimentos, bem como os mecanismos utilizados para a realização da coleta e da análise dos dados.

3.1 ABORDAGEM E TIPO DE PESQUISA

A pesquisa se caracterizou por quali-quantitativa. Em virtude disso, buscou-se a explicação das realidades construídas no meio social, a maneira como lida com números e utilização de arquétipos estatísticos para explicar os fenômenos através da análise dos dados postos (BAUER, GASKELL, 2002). Além disso, descreveu as particularidades de certa população, acontecimento ou estabelecimento de afinidades existente em relação às variáveis. O estudo ainda foi de natureza básica, pois tem como atributo principal a busca pelo desempenho dos conhecimentos de cunho científico, sem que exista a finalidade direta com sua aplicabilidade e implicações práticas (GIL, 2008).

Quanto aos objetivos, a pesquisa teve cunho exploratório, ou seja, possuiu o fundamental escopo de ampliar, explanar ou transformar opiniões e conceitos, objetivando a elaboração de problemas mais concisos ou suposição capazes de serem analisadas por estudos futuros (GIL, 2008).

Foi realizado um estudo documental do Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Libras. Este tipo de procedimento utiliza materiais não submetidos à análise ou que admitem a reelaboração em consonância com as finalidades do estudo (GIL, 2008). Ademais, admite uma averiguação para se resguardar as peculiares holísticas e expressivas dos acontecimentos cotidianos (YIN, 2001), onde se realizou inclusive um levantamento de informações diretas das pessoas envolvidas.

3.2 LÓCUS DA PESQUISA E PARTICIPANTES DO ESTUDO

O lócus da pesquisa foi a Universidade Federal do Cariri (UFCA), cuja instituição de ensino superior foi instituída pela Lei 12.826, de 5 de junho de 2013 (BRASIL, 2013), sendo que desde o ano de 2001 já integrava a estrutura administrativa da Universidade Federal do

Ceará, por meio do curso de Medicina na Cidade de Barbalha, Estado do Ceará. Após esse período, a Instituição de Ensino Superior inicia um processo de expansão para além do Município de Barbalha e passa também a ocupar espaço territorial nos Municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Brejo Santo e Icó, cujas macrorregiões onde se encontram e congregam 42 municípios (UFCA, 2019a).

Desse modo, a aludida instituição de ensino superior conta com o curso de Licenciatura em Letras/Libras é sediado, no campus de Juazeiro do Norte, e além dos cursos de graduação, há também cinco cursos *strictu sensu* de pós-graduação. A instituição oferece também Especialização *lato sensu*, entre elas, o de Tradução e Interpretação de Libras (UFCA, 2018b).

Para tanto, a coleta de informações deu-se com discentes, servidores do curso de licenciatura plena em letras/Libras da Universidade Federal do Cariri e representantes das entidades da comunidade surda. A escolha por esses grupos deu-se em razão do fato de possuírem capacidade de fornecimento de maior quantidade de elementos com aptidão para a contribuição eficaz e por ser necessário ao processo de investigação científica o qual demanda o estudo.

Das entidades da comunidade surda, quatro estão sediadas em Juazeiro do Norte e uma em Crato. As do primeiro município são: 1- Associação dos Surdos da Região Metropolitana do Cariri (ASURMC), instituída em 26 de fevereiro de 2011 como associação de defesa de direitos sociais, entidade filantrópica e sem fins lucrativos; 2- Associação dos Profissionais Tradutores e Intérpretes de Libras da Região Metropolitana do Cariri (APILSMC), instituída em 29 de janeiro de 2011; 3- Associação dos Surdos do Cariri (ASC), uma instituição de defesa de direitos sociais; 4- Instituto Transformar (INTRA), fundada em 04 de junho de 2001, como entidade filantrópica e sem finalidade lucrativa. Incialmente recebeu a nomenclatura de Associação Caririense de Deficientes Auditivos (ACADA), atuando como escola especial na educação voltada para o surdo. Após o surgimento da Lei de inclusão, ampliou seu leque de atuação e passou a ser denominado Instituto Transformar. A quinta instituição está sediada em Crato a qual se denomina por Associação Cratense de Defesa da Pessoa Surda (ACDPS).

Da população de oito servidores (UFCA, 2021), sete participaram do estudo e dos 76 discentes, houve a participação de 44 acadêmicos. Dos cinco representantes das entidades da comunidade surda, houve a colaboração de quatro, pois não foi possível aplicar o questionário

junto à Associação dos Surdos do Cariri (ASC), devido à mudança de endereço e inexistência de contatos divulgados em meios de comunicação e órgãos oficiais.

3.3 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A análise documental foi adotada para conhecermos a proposta do curso e seu potencial de impacto, com base no PPC, o qual se encontra disponibilizado no site da UFCA, através do link: https://www.ufca.edu.br/cursos/graduacao/Letras-Libras/projeto-pedagogico. Os dados documentais de cunho qualitativo e/ou quantitativo incluem tanto publicações de domínio público quanto privado. Outros dados e documentos foram acessados como aporte à pesquisa e foram obtidos através das plataformas que os hospedam, quais sejam: IBGE, MEC, UFCA e INEP.

Foram adotados questionários autoaplicáveis com questões abertas e fechadas (apêndices A e C), destinados aos alunos e servidores do curso de Letras/Libras, através de formulário eletrônico do aplicativo Google Forms1 (WIKIPÉDIA, 2020), a partir do envio de link direcionado especificamente para os respectivos e-mails. A obtenção do consentimento foi realizada no aludido aplicativo, salientando que a cópia desse documento foi direcionada ao respectivo endereço de e-mail do participante para fins de arquivamento das respostas, bem como, será entregue tão logo seja viável, uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em formato físico. Além disso, os instrumentos de coleta também foram aplicados aos dirigentes de entidades da comunidade surda através do mesmo mecanismo virtual.

A etapa de coleta de dados (aplicação de questionários) foi realizada somente após aprovação do projeto de pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFCA. Salientando que foram respeitados os princípios éticos, como recomenda as Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (CNS, 2010, 2016).

3.4 ANÁLISE DE DADOS E DE CONTEÚDO

A análise dos dados foi realizada através do Software Epi Info, que permitiu a tabulação dos dados, cálculos de frequências absolutas e relativas, bem como de medidas de

[1] Google Forms é um aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pelo Google. Os usuários podem usar o Google Forms para pesquisar e coletar informações sobre outras pessoas e também podem ser usados para questionários e formulários de registro.

tendência central e de variabilidade; geração de nuvens de palavras para determinadas variáveis, cujos resultados foram organizados e apresentados em árvores temáticas (BÓS, 2012).

No que concerne ao aspecto qualitativo da pesquisa, desenvolveu-se a análise de conteúdo do projeto político-pedagógico o qual norteia o curso de licenciatura plena em letras/Libras da Universidade Federal do Cariri. Além disso, realizou-se uma abordagem às narrativas obtidas nas questões abertas, na qual atos foram norteados pela análise de conteúdo, um método de análise de texto criado dentro das ciências sociais empíricas (BAUER, GASKELL, 2002).

A análise do conteúdo do PPC resultou em nove categorias: objetivo do curso; perfil do egresso; metodologia de ensino-aprendizagem; motivação para a implantação do curso; público alvo; período; competências e habilidades do discente/egresso; abrangência do curso e infraestrutura para funcionamento do curso.

4. RESULTADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS DISCENTES DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

A tabela 1 apresenta as características pessoais dos discentes do curso de licenciatura plena em letras/Libras da Universidade Federal do Cariri (UFCA).

Da amostra de 44 discentes, a maioria é do sexo feminino (88,63%; n_i=39) e a idade média é de 27 anos, variando entre 19 e 47 anos. Dos 34 que responderam acerca da sua renda, alguns referiram não possuir; no entanto, foi apontado que a renda máxima é de 2000,00 reais, sendo que metade do grupo indicou uma renda superior a 650,00 (¾ ganham menos de 1.045,00 reais). A maioria ainda não possui graduação (86,36%; n_i=38), como também (6,81% (n_i=3) atuam na função de intérprete/tradutor de Libras, cuja atuação ocorre na rede pública.

Em relação à procedência, os discentes são oriundos de 16 municípios, sendo em sua maioria, integrantes do território cearense, pois representam 84,09% (n_i=37), principalmente, do município de Juazeiro do Norte (47,72%; n_i=21).

Quanto à condição auditiva, há uma prevalência de ouvintes, os quais representam 86,36% (n_i=38) da amostra. Sobre o questionamento acerca dos principais motivos para o ingresso no curso, a afinidade foi apontada por 29,54% (n_i=13); os amigos ou conhecidos com deficiência ou surdez, representou 11,36% (n_i=5); oportunidade de emprego e afinidade foi citado por 9,09% (n_i=4), bem como, outros motivos os quais foram externados por 9,09% (n_i=4).

Tabela 1 – Perfil dos 44 discentes do Curso de Licenciatura Plena em Letras / Libras da Universidade Federal do Cariri

Características	Freq. Absoluta (n_i)	Porcentagem (f_i)
Sexo		
Feminino	39	88,63
Masculino	5	11,36
Escolaridade		
Ensino Médio Completo	13	29,54
Graduação Incompleta	25	56,81
Graduação Completa	4	9,09
Especialização Incompleta	1	2,27
Mestrado Completo	1	2,27
Presença de pessoa com deficiência auditiva ou surdo na família		
Não	37	84,09
Sim	7	15,9

Condição auditiva		
Ouvinte	38	86,36
Pessoa com Deficiência Auditiva	2	4,54
Surdo	4	9,09
Outra formação		
Não	41	93,18
Sim	3	6,81
Intérprete ou tradutor de Libras		
Não	41	93,18
Sim	3	6,81

Fonte: Autoria própria, 2021

A tabela 2 apresenta uma avaliação de aspectos relacionados ao curso, especialmente, infraestrutura e impactos na comunidade.

Quanto à infraestrutura do curso, 63,63% (n_i=28) informaram que há um número suficiente de docentes, bem como 61,36% (n_i=27) acham que existe um número adequado de técnicos administrativos e 84,09% (n_i=37) afirmaram que a quantidade de salas de aula é suficiente. Os dados também mostram que 61,36% (n_i=27) consideram as tecnologias assistivas adequadas. Sobre o acervo bibliográfico, 70,45% (n_i=31) consideram-no condizente com a proposta do curso, contudo, 59,09% (n_i=26) do grupo apontam que os espaços não possuem acessibilidade.

Em relação à formação, 59,09% (n_i=26) afirmam haver capacitações permanentes, 79,54% (n_i=35) reconhecem a promoção de educação continuada desenvolvida pela UFCA e 84,09% (n_i=37) consideram que há estímulo para a realização de eventos.

Em relação aos impactos percebidos pelos discentes com a implantação do curso, 61,36% (n_i=27) acreditam que ocorreram impactos na comunidade surda, notadamente, no que concerne à visibilidade dos mesmos. Para 81,81% (n_i=36), há vislumbre de impactos futuros.

Ao serem indagados acerca da importância do curso para eles, para 27,27% (n_i=12), a habilitação de profissionais para atuarem junto à comunidade surda, seguido de 22,72% (n_i=10), que consideram ser a inclusão de pessoa com deficiência auditiva ou surdez no nível superior. Em proporções menores, 20,45% (n_i=9) afirmaram ser a capacitação para a acessibilidade e 15,90% (n_i=7) apontam a inserção do grupo na sociedade.

Sobre a relevância do curso para a sociedade, 31,81% (n_i=14) afirmaram acreditar que não é relevante; 25% (n_i=11) acham importante e 38,63% (n_i=17) do grupo não souberam informar. Sobre a inclusão do surdo na educação, cujo quesito permitia mais de uma resposta, 31,81% (n_i=14) responderam que se encontra em processo de inclusão; 25% (n_i=11) que estão

excluídos; 20,45% (n_i=9) que se encontram esquecidos e 18,18% (n_i=8) que são discriminados.

Acerca de como o curso auxiliará a comunidade surda, 40,90% (n_i=18) responderam que seria através da ampliação da quantidade de profissionais habilitados; 29,54% (n_i=13), respectivamente, por meio da acessibilidade, inclusão e formação; 27,27% (n_i=12) por intermédio da visibilidade da pessoa com deficiência auditiva e surda.

A respeito da representação da Libras para o grupo, cujo questionamento admitia mais de uma resposta, sobressaiu para 70,45% (n_i=31), que seria uma forma de comunicação do surdo. Ao passo que, para 50% (n_i=22) dos respondentes afirmaram que o curso representa um aprendizado.

No que concerne à influência da comunidade surda no processo de implantação do curso de Letras/Libras, 81,81% (n_i=36) dos pesquisados afirmaram que ela influenciou bastante nesse contexto.

Conforme os dados, 61,36% (n_i=27) dos participantes consideram coerente a forma de ingresso atual das pessoas com deficiência auditiva ou surdas no curso de Letras/Libras, os que se posicionam contrário acreditam que há a carência de uma melhor assistência para que haja a presença de um maior número de surdos no curso, bem como refletir acerca das avaliações que permitem o ingresso na universidade.

Para 77,27% (n_i=34) dos educandos, o quantitativo de docentes existente na região do Cariri e Centro-Sul é insuficiente para a demanda existente. Doutra banda, acerca de como os alunos vislumbram a pessoa com deficiência auditiva e o surdo, 63,63% (n_i=28) informaram que seria como um sujeito com a capacidade profissional e pessoal igual a todos, com diferença de culturas e potencialidades. Entretanto, 20,45% (n_i=9) acreditam que sejam pessoas diferenciadas, socialmente, por condições impostas pela sociedade e 13,63% (n_i=6) acreditam que são pessoas que merecem mais oportunidades na sociedade.

Tabela 2 – Aspectos relacionados ao Curso de Licenciatura Plena em Letras / Libras da Universidade Federal do Cariri

Aspectos avaliados	Freq. Absoluta (n_i)	Porcentagem (f_i)
Docentes em quantidade suficiente		
Não	16	36,36
Sim	28	63,64
Técnicos administrativos em quantidade suficiente		
Não	17	38,64
Sim	27	61,36
Salas de aula em quantidade suficiente		
Não	7	15,91

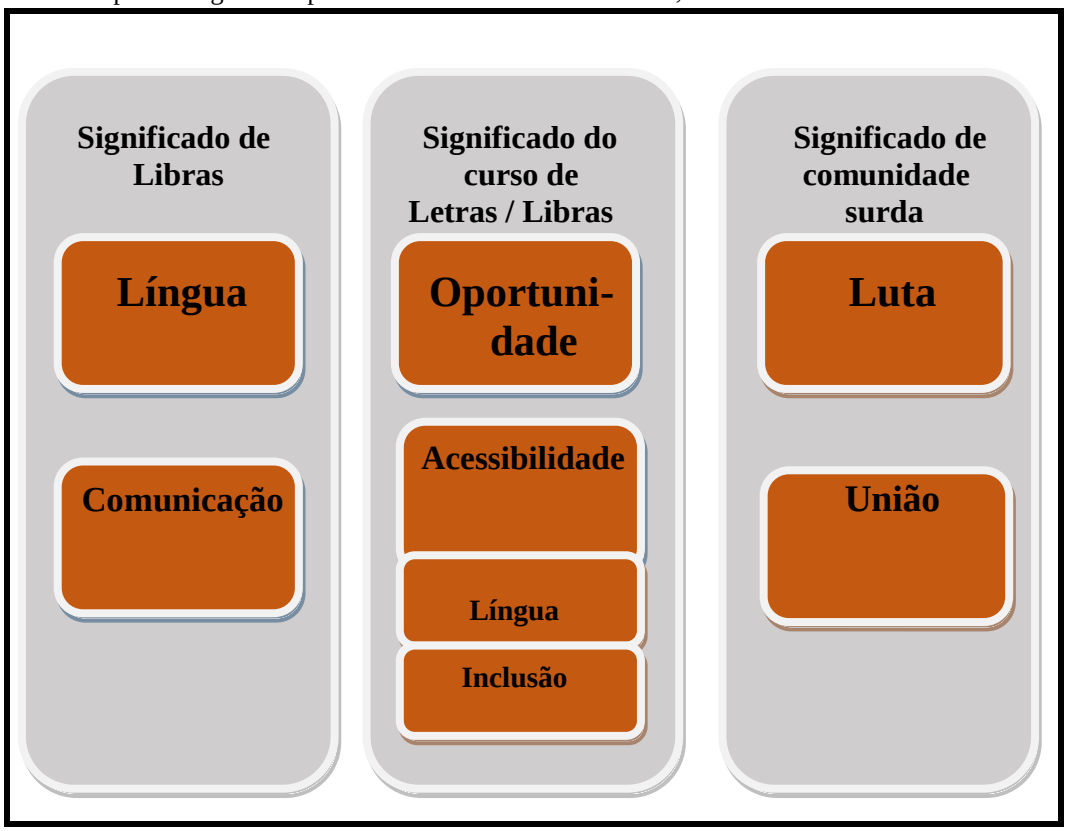
Sim	37	84,09
Dispõe de tecnologia assistiva		
Não	16	36,36
Sim	27	61,36
Acervo bibliográfico condizente com a proposta do curso		
Não	12	27,27
Sim	31	70,45
Possui espaços com acessibilidade		
Não	26	59,09
Sim	17	38,64
Promove capacitações permanentes		
Não	15	34,09
Não respondeu	3	6,82
Sim	26	59,09
Promove educação continuada		
Não	9	20,45
Sim	35	79,55
Estimula a realização de eventos voltados para a temática da pessoa com deficiência auditiva		
Não	6	13,64
Sim	37	84,09
Houve impactos na comunidade surda com a implantação do curso		
Não	3	6,82
Não sei	14	31,82
Sim	27	61,36
Haverá impactos futuros na comunidade surda com o curso		
Não	1	2,27
Não sei	7	15,91
Sim	36	81,82

Fonte: Autoria própria, 2021

Por fim, os estudantes foram solicitados a expressarem as palavras que vinham à mente ao serem mencionadas as seguintes expressões: curso de letras Libras; comunidade surda, e Libras, cuja representação se dá a partir da Figura 1 (expressões grafadas pelos acadêmicos acerca da Libras, da letras/Libras e da comunidade surda).

Sobre a expressão Libras, sobressaíram as palavras língua e comunicação, sendo a primeira com maior representatividade. Ao se tratar do curso letras/Libras, foram mencionadas as seguintes palavras: oportunidade (a mais representativa), acessibilidade e inclusão. Por sua vez, ao se mencionar sobre comunidade surda, foram expressadas a luta e a união com igual representatividade.

Figura 1 – Expressões grafadas pelos acadêmicos acerca da Libras, da letras/Libras e da comunidade surda



Fonte: Autoria própria, 2021

É importante frisar que, quanto maior o tamanho da letra maior fora a representatividade da expressão em face das respostas advindas dos participantes. Inegavelmente, ressalta-se a relevância acerca do reconhecimento do aspecto linguístico atribuído à Libras. Bem como, vê-se no curso de letras/Libras a possibilidade de abertura de oportunidades na vivência surda, quer seja no campo social, quer seja no âmbito educativo. Sendo comprovado que a comunidade surda é responsável pela congregação e incorporação da luta pela conquista e efetivação dos direitos intrínsecos ao surdo.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIDORES DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

A tabela 3 apresenta as características pessoais dos servidores do curso de licenciatura plena em letras/Libras da Universidade Federal do Cariri (UFCA).

Dos sete servidores, 85,71% (n_i=6) são docentes, sendo 57,14% (n_i=4) do sexo masculino, com idade média de 35 anos. Ressalta-se ainda que, 28,57% (n_i=2) possuem

doutorado completo e a mesma proporção se aplica aos que possuem mestrado incompleto. Os demais possuem doutorado incompleto, mestrado completo e especialização completa, o que representa a cada um, a porcentagem de 14,28% (n_i=1).

Quanto à procedência dos servidores, 42,85% (n_i=3) são originários do estado do Ceará, cujas três principais cidades de origem são Fortaleza, Itapipoca e Juazeiro do Norte, representando cada uma a porcentagem de 14,28% (n_i=1). No entanto, há servidores oriundos do Estado de Minas Gerais, de Pernambuco, de São Paulo e do Rio Grande do Sul, os quais representam respectivamente a porcentagem de 14,28% (n_i=1).

Dos sete, 57,14% (n_i=4) são ouvintes. Segundo os dados, no que concerne a motivação para servir ao curso em comento, apenas seis responderam ao questionamento; desses, 16,66% (n_i=1) deu-se por motivo de necessidade, cuja mesma porcentagem se aplica em relação à atratividade pela região. Contudo, sobressaíram-se outras motivações que não foram apontadas por 50% (n_i=3) dos respondentes.

No que tange à importância da implantação do curso, 9,52% dos respondentes consideram como relevante para a inclusão da pessoa com deficiência, 14,28% julgam primordial para a inserção da pessoa com deficiência auditiva ou surdez no nível superior. Apresenta também que 19,04% trataram da inserção da pessoa com deficiência auditiva ou surdez na sociedade, cujo percentual apontado, foi o mesmo em relação à capacitação para a acessibilidade. Já, 23,80% para habilitar profissionais para a atuação junto à comunidade e 14,28% para a interiorização do curso de letras/Libras.

Tabela 3 – Perfil dos Servidores do Curso de Licenciatura Plena em Letras / Libras da Universidade Federal do Cariri

Características	Freq. Absoluta (n_i)	Porcentagem (f_i)
Função		
Coordenador	1	14,28
Docente	6	85,71
Sexo		
Feminino	3	42,85
Masculino	4	57,14
Escolaridade		
Especialização Completa	1	14,28
Mestrado Incompleto	2	28,57
Mestrado Completo	1	14,28
Doutorado Incompleto	1	14,28
Doutorado Completo	2	28,57
Condição auditiva		
Ouvinte	4	57,14
Surdo	3	42,85

Fonte: Autoria própria, 2021

A tabela 4 apresenta a ponderação acerca dos aspectos intrínsecos ao curso de licenciatura em letras/Libras.

Quanto à infraestrutura do curso, 71,42% (n_i=5) consideram que o corpo docente é suficiente, mas o corpo técnico administrativo é insuficiente para 71,42% (n_i=5). Todos consideram o número de salas disponíveis suficientes. Todavia, 57,14% (n_i=4) revelaram não haver tecnologias assistivas disponibilizadas nem tampouco oferta de acervo bibliográfico condizente com a proposta do curso e espaços com acessibilidade.

Para 85,71% (n_i=6) dos servidores, existe a oferta de capacitações e todos eles afirmaram haver a promoção de educação continuada e estímulo à realização de eventos. Porém, quando indagados acerca das dificuldades encontradas no sistema educacional em relação à pessoa com deficiência ou surdo, 43% (n_i=3) apontaram que não há profissionais habilitados; 28,57% (n_i=2) que não há profissionais em quantidade suficiente e discriminam; 14,28% (n_i=1) que age com descaso, o mesmo percentual se aplicando ao fato de que excluem.

Tabela 4 – Aspectos avaliados pelos Servidores sobre o Curso de Licenciatura Plena em Letras / Libras da Universidade Federal do Cariri acerca da Infraestrutura

Aspectos	Freq. Absoluta (n_i)	Porcentagem (f_i)
Oferta docentes em quantidade suficiente		
Não	2	28,57
Sim	5	71,43
Oferta técnicos administrativos em quantidade suficiente		
Não	5	71,43
Sim	2	28,57
Oferta salas de aula em quantidade suficiente		
Sim	7	100,00
Oferta tecnologias assistivas		
Não	4	57,14
Sim	3	42,86
Oferta acervo bibliográfico condizente com a proposta do curso		
Não	4	57,14
Sim	3	42,86
Oferta espaços com acessiblidade		
Não	4	57,14
Sim	3	42,86
Oferta capacitações		
Não	1	14,29
Sim	6	85,71
Promove educação continuada		
Sim	7	100,00
Estimula a realização de eventos voltados para a temática da pessoa com deficiência auditiva		
Sim	7	100,00

Fonte: Autoria própria, 2021

A tabela 5 apresenta os aspectos inerentes ao processo de implantação e dos impactos decorrentes da efetivação do curso de letras/Libras.

No que se refere ao processo de implantação do curso de Letras/Libras, 85,71% (n_i=6) afirmaram que houve a atuação ativa das entidades para que o ato se concretizasse.

Acerca da comunidade surda, 57,14% (n_i=4) dos respondentes consideraram que houve muita influência dela na implantação do curso e para 71,42% (n_i=5) houve impactos na aludida comunidade a partir desse ato. Os principais foram a formação de professores, retroalimentação entre o ambiente acadêmico e social, pois o curso possui líderes da comunidade surda como docente; valorização da Libras e da comunidade surda.

Todos os servidores afirmaram que haverá impactos futuros na comunidade surda, os quais seriam revertidos em profissionais proficientes em Libras, na ampliação profissional dessas pessoas, no estimulo à inclusão, nas pesquisas na área da educação de surdos; no fortalecimento da comunidade surda, na aproximação com a universidade, além da criação de escolas bilíngues e inclusivas.

Ao serem indagados sobre de que forma o curso auxiliará a comunidade surda, 42,85% (n_i=3) responderam que seria através da ampliação da quantidade de profissionais habilitados; 28,57% (n_i=2), por meio da formação; 14,28% (n_i=1), através da inclusão e visibilidade da pessoa com deficiência auditiva ou surda e 14,28% (n_i=1), por intermédio da acessibilidade.

Em relação à atual forma de ingresso no curso de Letras/Libras, 85,71% (n_i=6) consideram coerente. Quando indagados sobre a quantidade de professores de Libras nas regiões do Cariri e Centro-sul cearense, 42,85% (n_i=3) informaram que não é suficiente, a saber, o mesmo percentual se aplicou aos que não souberam responder.

Tabela 5 – Aspectos acerca da importância e impactos do Curso de Licenciatura Plena em Letras / Libras da Universidade Federal do Cariri

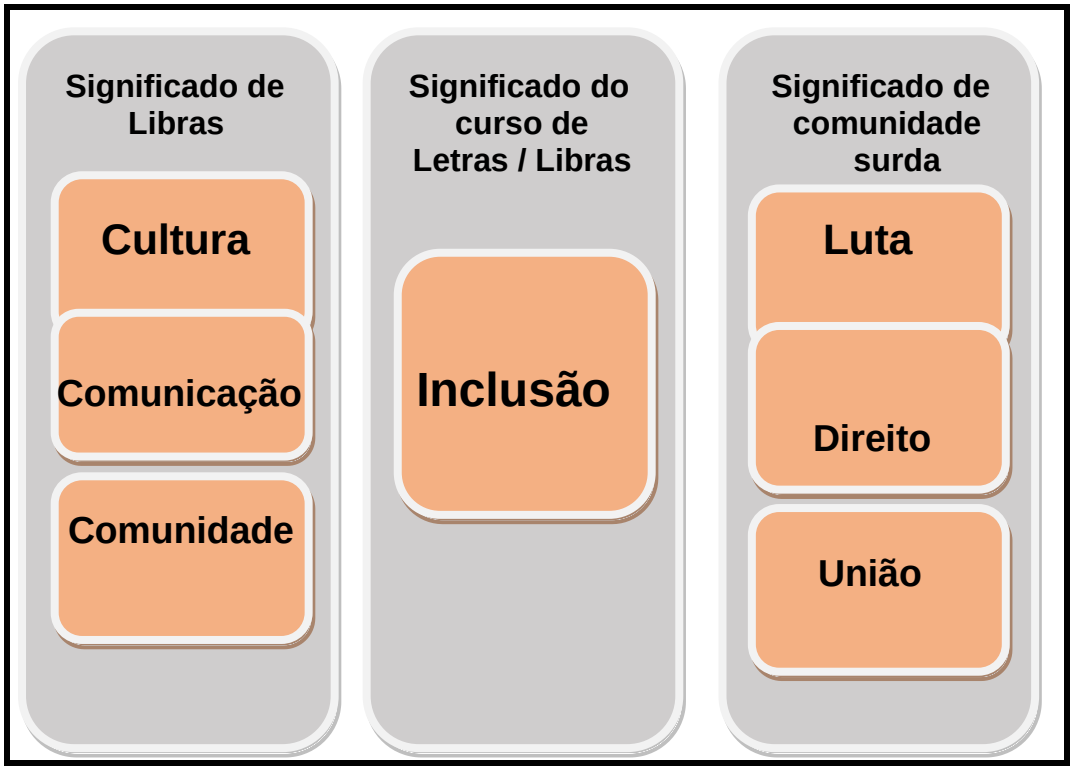
	Freq. Absoluta (n_i)	Porcentagem (f_i)
Importância das entidades para a implantação do curso		
Atuaram ativamente	6	85,71
Não sei	1	14,29
A comunidade surda possuiu alguma influência na implantação do curso		
Influenciou muito.	4	57,14
Influenciou pouco.	1	14,29
Não sei.	2	28,57
Houve impactos na comunidade surda com a implantação do curso		
Não sei	2	28,57
Sim	5	71,43
Haverá impactos futuros na comunidade surda com o curso		
Sim	7	100,00

Fonte: Autoria própria, 2021

Os servidores também foram solicitados a informar as palavras as quais vinham à mente ao serem mencionadas as expressões Libras; curso de letras/Libras e comunidade surda, eles externaram as palavras que constam na figura 2 (expressões grafadas pelos servidores acerca da Libras, da letras/Libras e da comunidade surda). As palavras de maior

notoriedade ao se falar em Libras foram as seguintes: cultura (com maior representatividade), comunicação e comunidade. Quanto à expressão curso letras/Libras, a principal palavra expressada foi a inclusão e sobre a expressão comunidade surda, houve maior expressividade para os seguintes termos: luta, direito e união (Figura 2).

Figura 2 – Expressões grafadas pelos servidores acerca da Libras, da letras/Libras e da comunidade surda



Fonte: Autoria própria, 2021

É importante frisar que, quanto maior o tamanho da letra, maior fora a representatividade da expressão em face das respostas advindas dos participantes. De tal modo que, ao se mencionar o vocábulo Libras, a expressão de maior notoriedade fora a cultura, haja vista que essa língua traz consigo uma carga cultural, notadamente, intrínseca ao povo surdo, cujo fator torna-se primordial no desempenho da interação surda.

Além disso, sobressai a inclusão como fator almejado a partir da implantação e da oferta do curso de letras/Libras, pois se vê nele um instrumento de promoção efetiva da acessibilidade. Sobretudo, porque a luta cotidiana decorre da congregação do surdo e da sua representatividade em meio à comunidade surda.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DOS DIRIGENTES E DAS ENTIDADES DA COMUNIDADE SURDA

Das quatro representantes de instituições participantes, 75% (n_i=3) são oriundas do município de Juazeiro do Norte e todas possuem início de atuação após o ano de 2011. Todas elas, antes de ingressarem em suas respectivas associações, já desenvolviam algum ativismo em relação à pessoa com deficiência auditiva e surda. Destas, 25% (n_i=1) referiram possuir deficiência auditiva/surdez.

Sobre a participação destas instituições na implantação do curso de Letras/Libras da UFCA, 75% (n_i=3) informaram que colaboraram com esse processo. De acordo com as palavras de uma delas: *"A entidade participou ativamente dos movimentos pra criação, tais como: Evento do viver sem Limites, reuniões na UFCA, Audiência Pública, Palestras, dentre outros"* (Ent. C).

Ao serem questionados acerca da importância da implantação do curso, todos informaram que influenciará na inclusão da pessoa com deficiência auditiva ou surdez no nível superior, bem como é importante para habilitar profissionais para a atuação junto à comunidade, ainda acreditam que a sociedade dá importância ao curso. Além disso, 75% (n_i=3) creem que influenciará na inserção da pessoa com deficiência auditiva ou surdez na sociedade.

A forma como a sociedade trata atualmente a pessoa com deficiência auditiva ou surda encontra-se representada pelas falas:

> *"...há uma tentativa para inclusão, porém ainda está muito lento". (Ent. A)*
>
> *"...com discriminação, sem dá importância a acessibilidade em diversos segmentos da sociedade".* (Ent. B)
>
> *"Estamos em um momento de visibilidade da pessoa surda atualmente na sociedade, porém, muitas barreiras linguísticas ainda são apresentadas, principalmente o não respeito a importância de disponibilização de Tradutores Intérpretes de Libras em diversos âmbitos da sociedade".* (Ent. C)

No que tange à inserção da pessoa com deficiência auditiva ou surdo no sistema educacional, todos os participantes acreditam que essas pessoas se encontram em processo de inclusão e 75% (n_i=3), que a quantidade de professores de Libras na região do Cariri e Centro-Sul do Estado do Ceará não é suficiente para atender à demanda.

Todos os participantes consideraram que houve impactos na comunidade surda por meio da implantação do curso de Letras/Libras. Os impactos citados foram:

> *"A visibilidade linguística, inserção dos Surdos no ensino superior e a geração de empregos".* (Ent. A)
> *"conquista para a comunidade surda, visibilidade para o uso da Libras, interesse de ouvintes pelo curso e pela comunidade surda. Mais profissionais na área".* (Ent. B).
> *"...está elevando o nível acadêmico dos surdos na região e contribuindo para divulgação da cultura inclusiva para os surdos".* (Ent. C)
> *"... Acredito que vai mudar e diminuir a descriminação".* (Ent. D)

Ao serem questionados em relação aos impactos futuros na comunidade surda a partir da implantação do curso, todos acreditam que haverá. De acordo com as entidades:

> *"professores surdos conquistando espaço e servindo de referência".* (Ent. A)
> *"profissionais bem qualificados para atuarem como professores de Libras".* (Ent.B)
> *"ele possibilitará a oferta de outras formas de formação no nível superior na área da Comunidade Surda como o Bacharel em Letras Libras para formação de Tradutores Intérpretes de Libras e a Pedagogia Bilíngue"*. (Ent. C)

Quanto à percepção da pessoa com deficiência ou surda, as entidades manifestaram-se assim:

> *"...um sujeito capaz"*. (Ent. A)
> *"O Surdo é normal. Ele pode ser o que quiser, fazer o que quiser. A comunidade majoritária ouvinte que é deficiente, pois não consegue se comunicar com a pessoa surda através de uma língua diferente da língua utilizada pela maioria"*. (Ent. B)

> *"...uma Pessoa altamente capaz, desde que a sociedade o respeite como tal e possibilite seu acesso através da Língua de Sinais"*. (Ent. C)

4.4 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPC) DO CURSO EM LICENCIATURA PLENA EM LETRAS / LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

A análise do projeto político-pedagógico do curso de letras/Libras da Universidade Federal do Cariri resultou na construção de nove categorias, apresentadas no quadro 1.

Desse modo, buscou-se a segmentação do corpo textual a partir dos seguintes aspectos: objetivo do curso; perfil do egresso; metodologia de ensino-aprendizagem; motivação para a implantação do curso; público alvo do curso; período do curso; competências e habilidades do discente/egresso; abrangência do curso e; infraestrutura para funcionamento do curso.

Quanto ao teor do projeto político-pedagógico, observa-se que há menção sobre a comunidade surda do Cariri; no entanto, não atribui a referida comunidade a existência de contribuição relevante para a implantação do curso.

Quadro 1 – Síntese do Projeto Político-Pedagógico do curso de letras/Libras da UFCA

Objetivo do curso	[...] atender às demandas impostas pela inclusão dos surdos na educação e a inclusão da Língua Brasileira de Sinais nos cursos de Pedagogia, Licenciaturas e Fonoaudiologia [...], desenvolver habilidades e competências para o ensino de Letras, o qual implica em entender a língua como uma ação sociocultural e um esforço por relacionar a Língua Brasileira de Sinais com outras linguagens, inclusive não-verbais (imagens, sinais, movimentos, virtuais, midiáticas), gestuais, culturais, etc.
Perfil do egresso	[...] Indivíduos preocupados com o bem comum e capazes de exercer plenamente sua cidadania. Indivíduos que, uma vez licenciados, possam atuar em seu campo profissional de forma crítica e reflexiva, fazendo uso da língua e da literatura, de forma a auxiliar a população atingida por seu

	trabalho a desenvolver: a) uma competência linguística de excelência; b) um aguçado senso ético e estético; c) um profundo conhecimento e respeito às diferentes variedades linguísticas, às suas distintas manifestações literárias e às suas culturas [...]. […] com condições de uso das linguagens relacionando às habilidades básicas: sinalizar, percepção visual, ler e escrever, associado a outras línguas, como por exemplo, uso da Libras; Entendimento da língua como um produto sociocultural, relacionando o idioma com outras linguagens, inclusive as não–verbais (imagens, sinais, movimentos, virtuais, midiáticas, gestuais, etc.); Formação humanística, teórica e prática; Capacidade de operar, sem preconceitos, com a pluralidade de expressão linguística, literária e cultural; Atitude investigativa indispensável ao processo contínuo de construção do conhecimento na área; Postura ética, autonomia intelectual, responsabilidade social, espírito crítico e consciência do seu papel de formador; Domínio dos usos de Libras.
Metodologia de ensino-aprendizagem	[...] contribuições de teor metodológico advindas de pesquisas em educação e os estudos recentes sobre a aprendizagem colaborativa e sobre as inteligências múltiplas, além do diálogo entre saberes e culturas balizarão o emprego de uma pluralidade de metodologias de ensino e aprendizagem. Os procedimentos metodológicos aplicados no curso privilegiarão a busca do saber e a aquisição e desenvolvimento das competências e habilidades necessárias a esse profissional, promovendo a relação teoria-prática de maneira intensa e contínua [...].
Motivação para a implantação do curso	[...] fortalecer linguística e culturalmente a comunidade surda caririense e cearense [...]; Formação profissão para o mundo do trabalho e inserção de profissionais habilitados para a docência na Educação Básica [...].
Público alvo do curso	Oriundo de [...] 40 vagas, com entrada anual por processo seletivo via SISU [...].
Período do curso	[...] ocorrerá, prioritariamente no turno vespertino-noturno, em um

	mínimo de nove semestres [...], duração de quatro anos e meio, com carga horária total de 3.208 horas, conferindo o grau de Licenciado em Letras: Língua Brasileira de Sinais (Libras) [...].
Competências e habilidades do discente/egresso	[…] competência linguística de excelência; um aguçado senso ético e estético; profundo conhecimento e respeito às diferentes variedades linguísticas, às suas distintas manifestações literárias e às suas culturas […]; condições de uso das linguagens relacionando às habilidades básicas: sinalizar, percepção visual, ler e escrever, associado a outras línguas, como por exemplo, uso da Libras; Entendimento da língua como um produto sociocultural, relacionando o idioma com outras linguagens, inclusive as não–verbais (imagens, sinais, movimentos, virtuais, midiáticas, gestuais, etc.); Formação humanística, teórica e prática; Capacidade de operar, sem preconceitos, com a pluralidade de expressão linguística, literária e cultural; Atitude investigativa, indispensável ao processo contínuo de construção do conhecimento na área; Postura ética, autonomia intelectual, responsabilidade social, espírito crítico e consciência do seu papel de formador; Domínio dos usos de Libras [...].
Abrangência do curso	[...] beneficiará, além da região do Cariri, as cidades mais próximas dos estados circunvizinhos [...].
Infraestrutura para funcionamento do curso	[...] laboratório de Libras; [...] salas de aula climatizadas e mobiliadas; [...] acervo bibliográfico; [...] acesso à internet; [...] nove professores; um servidor técnico administrativo em horário noturno e vespertino; [...] dois técnicos de audiovisual para o laboratório de Libras; [...] seis intérpretes/tradutores vinculados à Secretaria de Acessibilidade da UFCA [...].

Fonte: Autoria própria, 2021

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apesar de integrar uma minoria, mas ao mesmo tempo significativa, em razão da quantidade de pessoas surdas existentes em todo o mundo, notadamente no Brasil, esses sujeitos ainda sofrem com as invisibilidades sociais que os atingem direta ou indiretamente, por exemplo, o contexto pandêmico vivenciado atualmente, já que há parcas informações que possam direcionar o entendimento do surdo. Tudo isso é fruto de uma construção histórico-educacional a qual o coloca em par de desigualdade em relação aos ouvintes e, por conseguinte, acaba trazendo severos prejuízos de diversas ordens no cotidiano desse sujeito estigmatizado socialmente.

Nesse sentido, é que em decorrência das mundanças que vêm ocorrendo ao longo dos tempos, o surdo aos poucos passa a ser integrado no contexto educacional, de cunho regular. Para tanto, faz-se necessária a implementação e aprimoramento da política pública educacional, de modo que torne-se efetivamente inclusiva.

Contudo, contrariando tal posicionamento, surge o Decreto Nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 (BRASIL, 2020b), que institui a política nacional de educação especial, pois haveria a legitimação do processo de segregação da pessoa com deficiência, indo na contramão da prática inclusiva (ABRASCO, 2020). O decreto passou a ter seu conteúdo questionado junto à Suprema Corte do país e decisão proferida pelo pleno do Supremo Tribunal Federal na ação direta de inconstitucionalidade nº 6590 decidiu por referendar a decisão liminar para suspender a eficácia do referido documento, cuja ação contou com a participação de associações enquanto *amicus curiae*[2;3] (STF, 2020).

À visto disso, a atuação das entidades representativas das pessoas com deficiência demonstra sua relevância na luta pela defesa incessante dos direitos desses sujeitos, acionando os mecanismos que estão postos para essa defesa, inclusive o poder judiciário e o ministério público, para que assim busquem o resguardo dos preceitos legais e evitem a lesão grave aos direitos que são inerentes ao sujeito humano. A presença do curso de licenciatura plena em letras/Libras na UFCA representa este processo de luta pela inclusão do surdo no ensino superior e, consequentemente, no mundo do trabalho.

---

[2] "[...] todos aqueles órgãos ou entidades representativos de setores sociais potencialmente atingidos pela decisão a ser tomada" (SARLET, MARINONI, MITIDIERO, 2017, p.1317).

[3] "[...] a figura do *amicus curiae*, cuja função é contribuir para a elucidação da questão constitucional por meio de informes e argumentos, favorecendo a pluralização do debate e a adequada e racional discussão entre os membros da Corte, com a consequente legitimação social das suas decisões (SARLET, MARINONI, MITIDIERO, 2017, p.1.420).

Isto fica muito claro nas respostas sobre representação da comunidade surda, quando se sobressaem as palavras luta e direito, pois é através desse processo causticante que os surdos fazem valer seus direitos. Em muitas circunstâncias, há a necessidade de se realizar um entrave judicial para que se cumpra o que está preceituado em lei, inclusive no âmbito educacional, de modo a torná-los aptos ao desenvolvimento das potencialidades e habilidades que são peculiares ao sujeito humano.

Percebe-se que a participação das entidades foi essencial para a implantação do curso, sendo reconhecida tanto pelas próprias entidades como pela comunidade acadêmica da UFCA. As entidades se fizeram presentes desde a concepção do PPC do curso até a implantação (RODRIGUES, 2016). Participaram de vários atos, tais como audiências públicas, juntamente com representantes da UFCA e membros do Instituto Transforma (INTRA), entidade que desempenha atividades intrínsecas à comunidade surda caririense (ANDIFES, 2016).

Em um destes eventos, uma assistente social do INTRA enfatizou a importância da implementação do curso de letras/Libras, haja vista que só havia no Nordeste em Fortaleza e no Estado da Paraíba. A representante da UFCA, na época, enfatizou que se tratava de um reconhecimento da urgência da inclusão social não somente no âmbito da comunidade surda, mas também para a concepção de uma sociedade, de fato, diversificada e humana (ANDIFES, 2016).

Ao longo da sessão que tratou acerca da criação do curso, fizeram-se presentes e representadas as seguintes entidades: a Associação de Intérpretes do Cariri; o INTRA; a Associação dos Surdos da Região Metropolitana do Cariri e a Associação Cratense de Defesa da Pessoa Surda (RODRIGUES, 2016). Na oportunidade, os representantes da comunidade surda foram oportunizados a falar a cerca da relevância do referido curso, notadamente, para a região caririense do Estado do Ceará. Para uma das representantes das entidades, a implementação do curso auxiliaria no desempenho da língua brasileira de sinais no seu aspecto linguístico e nas pesquisas a serem desenvolvidas, crendo que iria auxiliar, de forma veemente, no processo de inclusão do surdo na região do Cariri (RODRIGUES, 2016).

Na época, o representante da Universidade Federal do Cariri ressaltou em sua fala que a criação do curso se tratava de uma baliza a qual se punha no âmbito da aludida instituição de ensino e na região onde possuía sede. Tratando assim da obrigação de acolher os anseios da comunidade surda, a qual possui o direito a um ensino superior com atributo (RODRIGUES, 2016). Um professor de Libras da UFCA ressaltou o trabalho desenvolvido junto à

comunidade surda, alertando para o fato de que os surdos costumavam permanecer por longo período em seus lares, não possuindo acesso ao sistema educacional, cujo trabalho se deu inicialmente por meio das igrejas e no espaço do INTRA (RODRIGUES, 2016).

Uma missionária e representante do INTRA considerou que a criação do curso oportunizaria aos surdos conhecerem ou ampliarem os seus conhecimentos acerca da língua, pois muitos frequentavam o ambiente educacional, porém sem apreenderem a língua de sinais, sendo o curso de letras/Libras de relevância para as pessoas com surdez e para os que almejavam ser intérpretes. Para um professor da instituição, as pessoas, as quais objetivavam a profissionalização na área, necessitavam buscar os grandes centros (GAZETA DO CARIRI, 2016).

Apesar da conquista dos surdos em relação à implantação do curso, a luta continua quanto ao sistema de ingresso, pois este se utiliza do sistema de seleção unificado (SISU), o qual considera a pontuação obtida, através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), como modo de ranqueamento dos habilitados ao ingresso no meio universitário.

Percebe-se que, apesar do acréscimo em 20% da nota obtida pelo aluno no ENEM (UFCA, 2018a), ainda assim, há uma discrepância significativa entre os integrantes do corpo discente ouvinte e surdo. Por isso mesmo, carecendo de aprimoramento no que concerne ao processo de seleção, bem como, desenvolver esse processo não anualmente, mas semestralmente, assim como ocorre em relação aos demais cursos da UFCA.

Apesar de ser previsto no aludido instrumento normativo no que concerne a prioridade do ingresso do surdo em curso de licenciatura plena em letras/Libras, esse fato encontra-se contrariado pela realidade hodierna. Demonstra-se nitidamente que o curso não vem atendendo ao que se preconiza na legislação acerca do referido ingresso prioritário, o que torna inacessível para esse público ou acessível para poucos. Entretanto, isto não ocorre apenas na UFCA, mas na maioria das instituições públicas que ofertam este curso (MEC, 2021).

Vislumbrando-se a incoerência relacional a forma de selecionar o surdo, apesar da existência da aplicação da prova do ENEM em videoLibras, desde 2017 (INEP, 2019), notadamente, em face do déficit existente na educação básica de professores habilitados para o ensino da Libras, que também prejudica o ingresso desse público no ensino superior. Segundo os dados, a discordância com o processo de ingresso é partilhada pela maioria dos participantes, tanto do corpo docente e técnico como discente e isto é perceptível em várias falas.

> "[...] *a língua de sinais deveria ser considerada como L1, ou seja, a primeira língua do surdo na instituição, infelizmente para esse ingresso há uma valorização da língua portuguesa. O ingresso das pessoas surdas deveriam ser realizados como vestibular, todo gravado em língua de sinais, só assim resinificaria o sistema para uma verdadeira inclusão* […]". (PA)
>
> "[...] *a entrada atual é pelo Enem, que hoje tem suas provas traduzidas para a Libras, contudo, não se considera a fragilidade da Educação básica para as pessoas surdas, que, por conseguinte, torna o ingresso na universidade um pouco mais difícil para elas. Entretanto, ao conceder um bônus de 20% sobre as notas obtidas pelas pessoas surdas no Enem, a UFCA encontra uma possibilidade de minimizar esta situação, porém, não sana integralmente a barreira criada por um contexto mais amplo. Nesse sentido, temos dialogado com a gestão superior para criar outras alternativas mais coerentes com esse contexto de desigualdade, como por exemplo, criar um vestibular específico ou um edital complementar que priorize a entrada dos surdos no Letras/Libras como prevê o Decreto 5.626/2005". (PB)*
>
> "[...] *deveria ser por vestibular diferenciado e não pelo ENEM, sei o quanto é difícil o português para alguns surdos"*. (PC)
>
> "[...] *deveria ter uma maior assistência para haver um maior número de pessoas surdas no curso"*. (PD)
>
> "[...] *poderia ser mais acessível*". (PE)

É preciso reconhecer as mazelas educacionais que permeiam a vida estudantil do surdo, a qual o impede de eficazmente conseguir um desempenho no ENEM, que o coloque em pé de igualdade com os ouvintes. Prova disso é que dos 5.095.270 desse exame no ano de 2019, apenas 3.873 possuíam surdez; deficiência auditiva ou surdo-cegueira, o que representa somente 0.07% do contingente participante (INEP, 2020).

Em relação ao Estado do Ceará, nesse mesmo certame público, 295.870 participantes, apenas 327 pessoas surdas e com deficiência auditiva se inscreveram para o ENEM,

representando apenas 0,11% do total (INEP, 2020). Em comparação ao Brasil, o estado apresenta maior representatividade percentual da participação surda no referido exame, mesmo que ainda se encontre em processo de inclusão educacional. Estes dados são coadunados pela quantidade de pessoas com deficiência, inclusive surdas ou com deficiência auditiva na educação básica, da qual se serve o referido exame em relação aos anos finais desse nível de ensino.

No Brasil, em 2019, havia 47.874.246 alunos matriculados regularmente, dos quais 1.250.967 estavam inseridos na educação especial. Destes, apenas 126.029 se encontravam no ensino médio, o que representa 0,26% do total. Por sua vez, no Ceará, havia 2.161.816 e desse total, estavam inseridos nessa modalidade de educação 64.120. No entanto, apenas 7.387 cursavam o ensino médio, representando 0,34% (INEP, 2019).

Assim, para que tenhamos equidade no processo seletivo de ingresso do surdo no ensino superior, notadamente, no curso de licenciatura plena em Letras/Libras, é preciso que a língua do surdo seja respeitada e que existam outros mecanismos de seleção para o ingresso nesse curso em específico, haja vista a dissonância existente ao que está previsto em lei e o que está posto em prática.

Assim sendo, outras universidades públicas, como por exemplo, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e a Universidade Federal de Goiás (UFG), já adotaram outros mecanismos de seleção para os cursos relacionados à Libras no processo seletivo de 2021 (LESME, 2021).

O presente curso em estudo é formado, em sua significativa maioria por ouvintes, e apenas pouco mais de 13% é constituído por surdos ou pessoas com deficiência auditiva, o que vem de encontro ao parágrafo único do artigo 4º, do Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005).

Por esse ato normativo, a preferência para acesso aos cursos destinados à formação de docente da Libras deveria ser destinada ao surdo; contudo, o que ocorre é o inverso, tendo em vista a presença maciça de ouvintes. Fato que aponta para a necessidade de mudança do modo como ocorre o processo seletivo para ingresso no referido curso.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), dos 87 cursos de letras/Libras ofertados, 74 habilitam os profissionais a lecionarem. Destes, 10 são públicos e pertencem a universidades nordestinas, assim distribuídos: Universidade Federal do Piauí (UFPI); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA); UFCG; Universidade Federal do

Cariri (UFCA); Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Estadual do Piauí (UESPI) (MEC, 2021).

Embora se observe uma cobertura de cursos, quase que completa por estado nordestino, considera-se este número baixo, tanto para a quantidade de surdos na região quanto pela localização, visto que na maior parte dos estados, há apenas um curso para suprir toda a sua demanda e a minoria ofertada em campus do interior, como no caso da UFCA.

Tais números indicam que não há uma efetiva política inclusiva, sobretudo diante da baixa proporção de cursos que atendam ao público-alvo da pesquisa, quando comparados ao número de cursos existentes. Isso pode refletir diretamente na redução de profissionais habilitados para a formação educacional das crianças surdas. O presente estudo sinaliza esta hipótese, ao se constatar que apenas seis estudantes do curso são deficientes auditivos/surdos. Na universidade há somente nove alunos surdos (JÚNIOR, 2021).

Conforme as informações do censo do ensino superior brasileiro, no ano de 2019, 1.314 estudantes ingressaram no curso de letras/Libras (0,17%) do total, e 63 no curso de letras/português/Libras (0.008%) do valor total (INEP, 2020). Considerando baixos estes percentuais, o número de egressos é drasticamente inferior a eles (INEP, 2020), requerendo uma expansão universitária veemente, para que o processo educacional seja efetivamente inclusivo.

Reconhece-se que a implantação do curso Letra/Libras na UFCA é um avanço ocorrido para o Ceará, sobretudo para a região do Cariri, mas é necessário que outros desafios sejam vencidos para a manutenção do mesmo e de forma acessível ao surdo. Muitas dificuldades relacionadas à infraestrutura do curso foram apontadas pela comunidade acadêmica participante, inclusive pelos ouvintes.

Problemas de acessibilidade foram os mais citados, e não se concebe que uma instituição promotora de um curso para atender, primordialmente, à comunidade surda não oferte condições de acessibilidade suficientes para o melhor funcionamento da mesma. Além disso, foi denunciada a insuficiência de servidores (técnicos, intérpretes de Libras e docentes), bem como outras associadas à infraestrutura, apontando dissonância com o previsto no PPC do curso. Contudo, no quesito suficiência de técnicos administrativos, apenas os docentes, em sua maioria os consideraram como insuficientes.

Vale ressaltar que na época da aplicação dos questionários, havia apenas um servidor técnico administrativo dando suporte à coordenação do curso, o que também contraria o

previsto no PPC, cuja previsão era de um quantitativo superior. Isto demonstra a inviabilidade do desenvolvimento de algumas atividades as quais carecem de um suporte administrativo e, por conseguinte, pode sobrecarregar o coordenador do curso que fica incumbido de desempenhar tarefas além da sua alçada.

Discentes e servidores possuem consenso em relação ao número de salas de aula. Neste aspecto, há uma dissonância relacionada à oferta da tecnologia assistiva adequada, cujos servidores consideram não serem disponibilizadas, e sua ausência entra em desacordo com o que fora expresso no PPC. Tais tecnologias albergam recursos que possibilitam a geração de autonomia inerente ao indivíduo e buscar tornar sua vida independente (GALVÃO FILHO, 2009).

Nesse tocante, a promoção dos mecanismos tecnológicos assistivos intrínsecos ao processo de inserção social e desempenho da acessibilidade através da Libras, mostra-se como principais pontos de impasse ao processo educacional (JÚNIOR, 2021). Assim, a ausência desses recursos repercutem diretamente na acessibilidade do surdo e descumpre o previsto no artigo 2º, da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000), pelo resguardo da utilização de forma segura e autônoma dos espaços, mobiliários, informação e comunicação, dentre outros aspectos.

Constatou-se que a UFCA precisa tornar os espaços de acesso aos surdos acessíveis, notadamente, os que são de acesso público, tais como, restaurante universitário e biblioteca, haja vista, não haver informações acessíveis a esse público. A ausência de informações pode ser demasiadamente prejudicial ao surdo, inclusive, para resguardo de sua integridade em caso de desastres que possam vir a ocorrer no estabelecimento.

Sobre o acervo bibliográfico, os servidores também alegam não haver consonância entre o mesmo e a proposta do curso, podendo prejudicar a formação profissional dos futuros docentes dessa língua tão estigmatizada ao longo dos tempos. Assim, é necessário que se compreenda que o processo de formação docente demanda investimento, não apenas físico/estrutural, mas de insumos imprescindíveis e intrínsecos a esse estágio pelo qual passa o acadêmico.

Apesar de existirem inúmeras plataformas e periódicos de acesso público, e restritos aos integrantes da universidade, ainda assim, não se encontra uma vastidão de material em Libras, diferente do que ocorre com a língua portuguesa. Desse modo, para que a formação torne-se o mais ampla possível e possua capacidade de desenvolver o senso crítico e científico

do estudante, é necessário que ela possua o acesso ao conhecimento, cujo acesso à literatura inerente ao curso torna-se indispensável.

Sobre a carência de intérpretes de Libras, referida anteriormente, este é um problema enfrentado por várias universidades e tem sido responsável pela evasão de muitos estudantes, que em vários casos, transformam-se em um dilema administrativo para demanda judicial (AASP, 2017, MPF, 2017, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019, FEBRAPILS, 2019).

A exemplo disso, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), cuja instituição de ensino conta com oito surdos no campus Juazeiro do Norte, por força do Decreto Nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019, foi proibido de realizar concurso público destinado ao preenchimento de vagas por servidores, o que se dará por meio de terceirização (JÚNIOR, 2021).

Estes problemas podem estar relacionados ao investimento na educação, haja vista que, em 2015, o MEC empenhou R$ 1.196.709.006,74 e pagou R$ 884.408.146,65. Em relação ao Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), foram empenhados R$ 115.028.165,11 e pagos R$ 104.134.978,66, representando 9,61% e 11,77% do montante total, respectivamente (BRASIL, 2021b).

Embora em 2020, tenha havido um aumento nestes investimentos, o valor pago para o INES neste ano, foi muito próximo ao valor anterior, passando de 11,77% para 11,99% do quantitativo total (BRASIL, 2021b).

Apesar de todas as fragilidades apontadas, houve reconhecimento de que o curso já trouxe impactos para a comunidade surda e trará outros. Através deste curso, espera-se que haja a inserção no mercado de trabalho de profissionais habilitados para a docência dessa língua e, consequentemente, haverá a inserção educacional do surdo.

A baixa parcela de 25% dos discentes que afirmaram acreditar na importância da implantação do curso de letras/Libras para a sociedade, certamente não representam a classe de surdos, visto que cerca de 86% dos discentes são ouvintes e não vivenciam as mesmas barreiras impostas aos surdos. Observa-se contradições entre respostas quando se analisa as motivações para a escolha do curso, pois a maioria indicou a afinidade como principal motivo, seguida da existência de amigos ou conhecidos com surdez ou deficiência auditiva. Todavia, a maioria (37) afirmou não possuir nenhum membro surdo ou com deficiência auditiva na família.

Por outro lado, ao analisarmos os dados inerentes ao processo seletivo do Sistema de Seleção Unificado (SISU) do curso em comento, que ocorre com periodicidade anual, o qual

em 2019, dentre um universo de 275 concorrentes, vislumbra-se que das noves pessoas com deficiência, apenas uma logrou êxito, com a nota de corte de 426,00 (UFCA, 2019d). Contudo, no relatório que versa acerca dos concorrentes com deficiência, não se faz uma segmentação por deficiência.

Em contraponto, no processo seletivo de 2020, há a previsão de uma bonificação destinada ao surdo no total de 20% sobre a nota obtida no ENEM. De tal modo que, essas pessoas deveriam concorrer a uma das 20 vagas destinadas à ampla concorrência, para qual havia 354 concorrentes, dos quais 92 eram surdos (MEC, 2021). Ressalte-se que, no espaço de consulta pública destinado aos relatórios, não há uma lista dos selecionados. Contudo, diante da pesquisa realizada percebe-se que o quantitativo é parco em face dos que pleiteiam uma vaga destinada ao público surdo.

Nesse contexto, no período 2021, houve 472 inscritos, dos quais 52 eram surdos que optaram pelas vagas destinadas à ampla concorrência com bonificação de 20% sobre a nota obtida no ENEM, cuja nota de corte fora de 625,30 (MEC, 2021). Percebe-se um decréscimo do quantitativo de surdos os quais buscam esse curso, se comparado ao ano anterior, bem como uma nota que se torna superior à que se aplica ao sistema de cota.

Dessa forma, coloca-se o surdo no mesmo patamar do ouvinte, visto que a nota aplicada ao aludido certame público decorrer de um exame de cunho nacional o qual requer do sujeito a compreensão da língua pátria para a resolução dos enunciados.

Parte dos discentes respondentes, cerca de 30% ingressaram no curso em comento em decorrência da proximidade que possuíam com a temática, bem como, cerca de 12% possuírem amigos ou familiares com surdez. O que demonstra o interesse ou a proximidade de parcela dos discentes pela temática surda. Observa-se também a contradição entre respostas quando se analisa as motivações para a escolha do curso, pois a maioria indicou a afinidade como principal motivo, seguida da existência de amigos ou conhecidos com surdez ou deficiência auditiva. Todavia, a maioria (37) afirmou não possuir nenhum membro surdo ou com deficiência auditiva na família.

Um fato gerador de novas perguntas para estudos futuros foi a composição discente ser, majoritariamente, ouvinte. Qual seria a real motivação que levou a tantos ouvintes buscarem à formação em letras/Libras?

De todo modo, espera-se que esses profissionais, ao se formarem, possam colaborar para minimizar a estigmatização social e outras distorções ocorridas no processo educacional ao longo dos anos.

Embora parte da sociedade queira rotular o surdo como um ser anormal, toda a comunidade do curso e entidades envolvidas no estudo o consideram como ser semelhante ao ouvinte, apenas carente de inclusão e desenvolvimento de suas potencialidades. Isso ocorrerá, desde que sejam dadas as devidas garantias do exercício pleno da cidadania, entre elas, o acesso e permanência no sistema educacional.

Quanto ao perfil dos estudantes, é notório o fato de terem ingressado na universidade com uma média de idade de 27 anos, diferente do comumente observado em outros cursos. Isso demonstra a necessidade de investimento em divulgação no ensino médio sobre a importância deste curso para a comunidade de modo geral, mas também como oportunidade de trabalho. O curso é composto, majoritariamente por mulheres, mas entre o corpo docente e técnicos não há disparidade entre o sexo. A maioria dos respondentes são procedentes do município que sedia o curso, o que cria a expectativa de que, uma vez estes profissionais sejam lançados no mercado de trabalho, possam atender à carência existente em nível local. No caso deste município, há um marco legal que trata sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras desde o ano de 2010 (ANDIFES, 2016).

Muitas fragilidades foram apontadas em relação ao estabelecimento do curso nos mais diversos setores, o que aponta que a luta por melhores condições de inclusão no ensino superior continua. Por outro lado, os pontos positivos também foram reconhecidos, mostrando que a UFCA sinaliza um compromisso com a comunidade surda por meio da formação continuada dos docentes e técnicos, bem como da promoção de eventos que deem visibilidade ao curso de Letras/Libras, sobretudo, à causa dos surdos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto e em face do advento da inserção da educação bilíngue de surdos como modalidade de ensino prevista na LDBN, tornou-se veemente a carência pela formação profissional docente em Libras, o que torna-se viável a partir da abertura de novos cursos e ampliação das vagas existentes.

Foi possível constatar que, em decorrência da insuficiência de profissionais habilitados para a docência dessa língua, enseja-se a escusa dos órgãos públicos e privados responsáveis pela execução da política educacional em ofertar essa modalidade de ensino e, por conseguinte, utilizar dessa motivação para continuar o processo "inclusivo" do surdo que se desenvolve ao longo dos anos.

Diante desse cenário, subjuga-se o surdo a permanecer em um processo educacional inadequado ao desempenho de suas potencialidades e, consequente inserção social em par de igualdade com os ouvintes, haja vista que a língua que preponderará nesse contexto, será a língua portuguesa e a surdez persistirá sendo vista na perspectiva terapêutica.

Em face dessas situações, é necessário que se trave uma busca aguerrida pela efetivação da inclusão no âmbito educacional, base para a conquista de outros espaços, cujo fato não se trata de uma benesse a ser concedida pelos responsáveis educacionais, mas se trata de um direito intrínseco ao cidadão.

A partir desse estudo, buscou-se o aprofundamento acerca do curso de licenciatura plena em Letras/Libras da UFCA, cuja pesquisa percorreu o trajeto de planejamento ao processo de implantação do referido curso e da oferta educacional de ensino superior na região do Cariri, através da aludida instituição de ensino superior. O delineamento e execução da pesquisa transcorreu-se embasada no objetivo de analisar o processo de implantação do curso.

O estudo revelou que a implantação do curso de letras/Libras na UFCA foi uma ação visionária, que permitirá a promoção de atos positivos junto à comunidade surda em suas distintas esferas, notadamente, no aspecto social e educativo. Ainda promoverá a formação de profissionais os quais desejam atuar na docência da Libras, instigará o processo inclusivo da pessoa com surdez, bem como a ampliação das pesquisas desenvolvidas acerca da educação surda e, por conseguinte, a concepção de ambientes educacionais bilíngues.

A implantação do curso é uma conquista coletiva do povo e da comunidade surda que lutou pela inserção não só do surdo no ensino superior, mas também da formação de

profissionais capacitados para promover a instrução educacional de surdos através da Libras. Tudo isso, sem deixar de levar esse conhecimento também aos ouvintes, aumentando o número de comunicantes e, consequentemente, contribuindo para o processo de inclusão em todos os meios necessários à emancipação do surdo.

Todavia, constata-se algumas limitações no curso em infraestrutura, especialmente, relacionadas ao número de docentes e intérpretes, a tecnologias assistivas e ao acervo bibliográfico, não condizentes com o PPC. Essas deficiências precisam ser corrigidas, pois são elementos essenciais para o processo educativo, e podem colaborar para a evasão escolar tanto do surdo quanto do ouvinte.

Outra limitação apontada, refere-se ao processo de ingresso ao curso, considerado inadequado à inclusão do surdo. Desse modo, sugere-se o aumento do número de vagas ofertadas ao curso e em menor periodicidade e que a seleção obedeça ao princípio da equidade assegurado pelos preceitos constitucionais vigentes, tendo em vista que a proporção de surdo em face do ouvinte é parca e a lei de Libras estipula a primazia do seu ingresso.

Mesmo não funcionando em condições ideais, o curso já impacta positivamente na comunidade surda, pois já está se dando visibilidade à cultura e à identidade da mesma. Outro fator é o crescimento da rede de comunicação entre surdo e ouvinte, promovendo a formação e criando novas oportunidades. Para o futuro, ainda se vislumbra a disponibilização de profissionais capazes de ofertar um ensino condizente com a pedagogia surda, bem como, ampliação de suas potencialidades, para que assim, galgue os patamares mais elevados possíveis dentro do nível social, e seja considerado com o mesmo potencial que detém os ouvintes.

Contudo, é imprescindível que sejam aprimorados os instrumentos avaliativos de recrutamento dos acadêmicos, para que sejam condizentes com a educação surda e com a legislação que rege a Libras. Proporcionando assim, primazia para o ingresso no curso, cuja demanda surda supera a oferta de vagas.

Nesse sentido, vislumbrou-se também que as vagas ofertadas pela UFCA para o curso de letras/Libras não suprirão por si só a demanda estudantil existente, conforme mencionado anteriormente. Torna-se necessário que outras instituições de ensino superior encampem a aludida luta e também passem a implementar novos cursos que habilitem o profissional à docência da Libras, tendo em vista a quantidade de surdos existentes no território pátrio, e que carecem desse profissional para ter acesso à língua de sinais como L1 no processo educacional.

Nesse tocante, percebe-se também, na região caririense, a existência apenas de cursos técnicos os quais se destinam à formação de interpretes/tradutores da Libras. Portanto, é necessário que se implementem cursos de bacharelado destinados à formação desses profissionais em nível de ensino superior, para que não fique adstrito apenas ao setor técnico e, com isso, também venha a auxiliar o processo de inclusão surda. Havendo corpo docente habilitado suficiente para atenderem à demanda, não haverá necessidade da existência de distintas modalidades de educação voltadas para a pessoa com surdez.

Assim sendo, considerando que o surdo permeia a vida de todos os profissionais e a necessidade de se asseverar a liberdade de expressão e participação social, torna-se imprescindível que a Libras passe a incorporar o currículo acadêmico da integralidade dos cursos de ensino superior vigentes no território pátrio. Com esse ato, não se trata de inserir o surdo em um patamar superior ao ouvinte, mas reconhecer os erros que por distintas vezes são ocasionados em face da ausência de uma comunicação producente, que em relação ao surdo se dá por meio da língua materna, a língua de sinais.

Consequentemente, para que se tenha uma sociedade participativa, como preconiza a Constituição Federal vigente, é primordial que se reconheça a história de vida dos distintos sujeitos que permeiam a sociedade, principalmente, onde há carência de reverência às suas particularidades, inclusive de ordem linguística. Desse modo, a disseminação da Libras configura-se como um aspecto essencial ao surdo, que merece ser incluído no meio social.

Concluindo, o curso de licenciatura plena em letras/Libras da UFCA representa importante instrumento no processo de acolhida e de inclusão do surdo no meio social, oportunizando-o à elevação a um novo patamar, como detentor de todas as potencialidades e de direitos intrínsecos ao sujeito, diferente do aspecto clínico, caritativo e penoso como costuma ser visto.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver:** Uma oportunidade para imaginar outros mundos. Trad. Tadeu Breda. 2. reimpr. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2017.

AMORIM, Marcelo Lúcio Correia de, SOUZA, Fernando da Fonseca, GOMES, Alex Sandro. **Educação a distância para surdos:** acessibilidade de plataformas virtuais de aprendizagem. Curitiba – PR: Appris, 2016.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (ABRASCO). **Nota de repúdio ao Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial.** Rio de Janeiro – RJ: ABRASCO, 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/nota-de-repudio-ao-decreto-no-10-502-de-30-de-setembro-de-2020-que-institui-a-politica-nacional-de-educacao-especial/52894/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO – AASP. **TRF-3ª determina a universidade a contratação de intérpretes em Libras**. São Paulo – SP: AASP, 2017. Disponível em: <https://www.aasp.org.br/noticias/trf-3a-determina-universidade-contratacao-de-interpretes-em-Libras/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI (APILSMC). **APILMC**. Juazeiro do Norte – CE: APILSMC, 2011. Disponível em: < http://apilsmc.blogspot.com/>. Acesso em: 26 out. 2019.

ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI (ASURMC). **ASURMC.** Juazeiro do Norte – CE: ASURMC, 2011. Disponível em: < http://asurmc.blogspot.com/>. Acesso em: 26 mai. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **UFCA promove audiência pública sobre implantação do curso de Letras/Libras no Cariri.** Brasília – DF: ANDIFES, 2016. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=49682>. Acesso em: 20 mai. 2021.

BASSO, Idavania Maria de Souza, MASUTTI, Mara Lúcia. A mediação do ensino de português na aprendizagem escolar do surdo por meio do SES. *In:* RAMIREZ, Alejandro Rafael Garcia, _____ (Orgs.). **A educação de surdos em perspectiva bilíngue:** uma experiência de elaboração de *softwares* e suas implicações pedagógicas. Florianópolis – SC: Editora da UFSC, 2009.

BAUER, Martin W., GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** Um manual prático. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis – RJ: Vozes, 2002.

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade:** uma análise comparativa. 2. ed. Rio de Janeiro – RJ: Ed. FGV, 2006.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é, o que não é. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.

BÓS, Ângelo José Gonçalves. **Epi Info sem mistérios:** um manual prático. Porto Alegre – RS: EDIPUCRS, 2012.

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos:** Ideologias e práticas pedagógicas. 4. ed. Belo Horizonte – MG: Autêntica Editora, 2015.

BRASIL. **Lei Nº 14.191, de 3 de agosto de 2021.** Brasília – DF: Planalto, 2021a. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm>. Acesso em: 4 ago. 2021.

_____. Controladoria-Geral da União. **Execução da Despesa por Órgão.** Brasília – DF: CGU, 2021b. Disponível em:<http://www.portaldatransparencia.gov.br/despesas/orgao?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F01%2F2020&ate=31%2F12%2F2020&orgaos=UG152005&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2CmesAno%2CorgaoSuperior%2CorgaoVinculado%2CvalorDespesaEmpenhada%2CvalorDespesaLiquidada%2CvalorDespesaPaga%2CvalorRestoPago%2CunidadeGestora>. Acesso em: 10 mai. 2021.

_____. **Lei Nº 14.040, de 18 de agosto de 2020.** Brasília – DF: Planalto, 2020a. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14040.htm>. Acesso em: 30 out. 2021.

_____. **Decreto Nº 10.502, de 30 de setembro de 2020.** Brasília – DF: Planalto, 2020b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm>. Acesso em: 18 mar. 2021.

_____. **Lei Nº 12.826, de 5 de junho de 2013.** Brasília – DF: Planalto, 2013. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12826.htm>. Acesso em: 15 mai. 2021.

_____. **Decreto Nº 7.612, de 17 de novembro de 2011.** Brasília – DF: Imprensa Nacional, 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm>. Acesso em: 20 ago. 2021.

_____. **Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Brasília – DF: Imprensa Nacional, 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 20 ago. 2021.

_____. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.** Brasília – DF: Planalto, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm>. Acesso em: 15 mar. 2021.

_____. **Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Brasília – DF: Imprensa Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/D5626.htm>. Acesso em: 8 mai. 2021.

_____. **Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Brasília – DF: Imprensa Nacional, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 8 mai. 2021.

_____. **Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Brasília – DF: Imprensa Nacional, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 8 mai. 2021.

_____. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).** Brasília – DF: Imprensa Nacional, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 8 mai. 2021.

_____. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Brasília – DF: Planalto, 1990. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069_01.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

_____. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Brasília – DF: Planalto, 1989. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei7853.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

_____. **Constituição Federal de 1988.** Brasília – DF: Planalto, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 mar. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Especialistas pedem mais intérpretes de Libras em universidades; MEC aponta dificuldades.** Brasília-DF: Agência Câmara de Notícias, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/577880-especialistas-pedem-mais-interpretes-de-Libras-em-universidades-mec-aponta-dificuldades/#:~:text=A%20falta%20de%20tradutores%20e,ter%C3%A7a%2Dfeira%20(27). >. Acesso em: 20 jan. 2021.

CARVALHO, Tereza Simone Santos de. **Inclusão escolar e a formação de professores para o ensino de Libras (Língua Brasileira de Sinais): Do texto oficial ao contexto.** *In:* V Encontro de Pesquisa em Educação de Alagoas (Epeal). Maceió – AL: UFAL, 2010. Disponível em: <http://files.portaldossurdos.webnode.pt/200002512-60e6762d9c/INCLUSAO-ESCOLAR-E-A-FORMACAO-DE-PROFESSORES-PARA-O-ENSINO-DE-LIBRAS-(LINGUA-BRASILEIRA-DE-SINAIS.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CASTRO, Alba Tereza B. de. Política educacional e direitos sociais: reconfiguração do ensino superior no Brasil. *In:* BOSCHETTI, Ivanete, et. al. (org.). **Capitalismo em crise, política social e direitos.** São Paulo – SP: Cortez, 2010.

CAVALCANTI, Clóvis. Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva. *In:* _____ (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.** São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

CNPJ INFO. Consulta por CNPJ. CNPJ Info, 2019. Disponível em: < http://cnpj.info/ASSOCIACAO-CRATENSE-DE-DEFESA-DA-PESSOA-SURDA-ACDPS-R-Bruno-De-Menezes-989-Crato-CE-63104230>. Acesso em: 26 ago. 2021.

CONSELHO CANADENSE DE REABILITAÇÃO E TRABALHO. **Declaração internacional de Montreal sobre inclusão, em 5 de junho de 2001.** Montreal, Canadá: CCRT, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Resolução CNE/CP Nº 2, de 10 de dezembro de 2020.** Brasília – DF: CNE, 2020. Disponível em:<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-2-de-10-de-dezembro-de-2020-293526006>. Acesso em: 30 out. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). **Resolução Nº 510, de 7 de abril de 2016.** Brasília – DF: CNS, 2016. Disponível em:<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 2 out. 2021.

_____. **Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Brasília – DF: CNS, 2012. Disponível em:<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 2 out. 2021.

CORREA, Sonia Maria Barros Barbosa. **Probabilidade e estatística.** 2. ed. Belo Horizonte – MG: PUC Minas Virtual, 2003.

COSTA, Simone Saldanha Carneiro; KELMAN, Celeste Azulay. **Representações sociais dos surdos do curso de graduação em Letras-Libras.** Revista Educação Especial. v. 26, n. 46. Santa Maria – RS: UFSM, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5451/pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

DIAS, Reinaldo, MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas:** Princípios, propósitos e processos. São Paulo – SP: Atlas, 2012.

DORZIAT, Ana. **O outro da educação:** pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão. Petrópolis – RJ: Vozes, 2009.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DOS PROFISSIONAIS TRADUTORES E INTÉRPRETES E GUIA-INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS – FEBRAPILS. **Audiência Pública sobre a falta de TILS em instituições de Ensino Superior.** Brasília – DF: FEBRAPILS, 2019. Disponível em: <http://febrapils.org.br/audiencia-publica-sobre-a-falta-de-tils-em-instituicoes-de-ensino-superior/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FERNANDES, Eulalia, CORREIA, Claudio Manoel de Carvalho. Bilinguismo e surdez: a evolução dos conceitos no domínio da linguagem. *In:* _____ (Org.). **Surdez e bilinguismo.** 7. ed. Porto Alegre – RS: Mediação, 2015.

FILHO, Naomar de Almeida. Universidade Nova no Brasil. *In:* **A Universidade no Século XXI:** para uma Universidade Nova. SANTOS, Boaventura de Sousa, _____ (Org.). Coimbra: Almedina, 2008.

FONSECA, Marília. O banco mundial e a educação: reflexões sobre o caso brasileiro. *In:* GENTILI, Pablo. **Pedagogia da exclusão:** crítica ao neoliberalismo em educação. Trad. de Vânia Paganini Thurler, Tomaz Tadeu da Silva. 15. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade.** 7. ed. rev. São Paulo – SP: Centauro, 2005.

GALVÃO FILHO, T. A. A Tecnologia Assistiva: de que se trata? *In:* MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Orgs.). **Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade.** 1 ed. Porto Alegre: Redes Editora, 2009.

GAZETA DO CARIRI. **Audiência pública discute implantação do curso de Letras-Libras na UFCA.** Ceará: Gazeta do Cariri, 2016. Disponível em: <http://www.gazetadocariri.com/2016/06/audiencia-publica-discute-implantacao.html>. Acesso em: 20 mai. 2021.

GESSER, Audrei. **O ouvinte e a surdez:** sobre ensinar e aprender a LIBRAS. São Paulo – SP: Parábola Editora, 2012.

_____. **Libras? Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo – SP: Parábola Editorial, 2009.

GESUELI, Zilda Maria. Língua de sinais e aquisição da escrita. *In:* SILVA, Ivani Rodrigues, KAUCHAKJE, Samira, _____ (Orgs.). **Cidadania, surdez e linguagem:** desafios e realidades. 4. ed. São Paulo – SP: Plexus Editora, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo – SP: Atlas, 2008.

GOERGEN, Pedro. **Pós-modernidade, ética e educação.** 2. ed. rev. Campinas – SP: Autores Associados, 2005.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda:** Linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 7. ed. São Paulo – SP: Plexus Editora, 2002.

GOULET, Denis. Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva. *In:* CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.** São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico.** Rio de Janeiro – RJ: IBGE, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em: 20 jan. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Perfil das Regiões de Planejamento:** Cariri-2017. Fortaleza – CE: IPECE, 2017a. Disponível em: < http://www2.ipece.ce.gov.br/estatistica/perfil_regional/2017/pr_cariri_2017.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

_____. **Perfil das Regiões de Planejamento:** Centro Sul-2017. Fortaleza – CE: IPECE, 2017b. Disponível em: < http://www2.ipece.ce.gov.br/estatistica/perfil_regional/2017/PR_Centro_Sul_2017.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS (INES). **Coronavírus:** informações gerais. Rio de Janeiro – RJ: INES, 2021. Disponível em:<https://sites.google.com/view/ines-debasi/coronav%C3%ADrus>. Acesso em: 20 mai. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Enem em Libras.** Brasília – DF: INEP, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/enem/enem-em-Libras>. Acesso em: 03 mar. 2021.

_____. **Sinopses Estatísticas.** Brasília – DF: INEP, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas>. Acesso em: 20 jan. 2021.

INSTITUTO TRANSFORMAR (INTRA). **História.** Juazeiro do Norte – CE, INTRA, 2010. Disponível em: <http://intrajuazeiro.blogspot.com/p/historia.html>. Acesso em: 26 jul. 2021.

JARA, Carlos Julio. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável.** Brasília – DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2001.

JUAZEIRO DO NORTE. **Central de Interpretação de Libras promove palestras e capacitações.** Juazeiro do Norte – CE: Juazeiro do Norte, 2017. Disponível em: <https://www.juazeirodonorte.ce.gov.br/noticia/3577-central-de-interpretacao-de-Libras-promove-palestras-e/>. Acesso em: 20 mai. 2021.

_____. **Juazeiro do Norte terá a primeira escola bilíngue da região.** Juazeiro do Norte – CE: SEDUC, 2021. Disponível em:<https://juazeirodonorte.ce.gov.br/noticia/10301-juazeiro-do-norte-tera-primeira-escola-bilingue-da-reg/>. Acesso em: 19 ago. 2021.

JÚNIOR, Joaquim. Instituições de ensino têm cerca de 30 alunos surdos. *In:* **Jornal do Cariri.** Juazeiro do Norte – CE: Jornal do Cariri. Disponível em: <https://jornaldocariri.com.br/instituicoes-de-ensino-tem-cerca-de-30-alunos-surdos/#:~:text=Na%20Universidade%20Federal%20do%20Cariri,20%20alunos%20surdos%20matriculados%20atualmente.>. Acesso em: 20 mai. 2021.

KARNOPP, Lodenir Becker. Práticas de leitura e escrita em escolas de surdos. *In:* FERNANDES, Eulalia (Org.). **Surdez e bilinguismo.** 7. ed. Porto Alegre – RS: Mediação, 2015.

KELMAN, Celeste Azulay. Multiculturalismo e surdez: uma questão de respeito às culturas minoritárias. *In:* FERNANDES, Eulalia (Org.). **Surdez e bilinguismo.** 7. ed. Porto Alegre – RS: Mediação, 2015.

LESME, Adriano. **Lista de adesão Enem 2020 e SiSU 2021.** São Paulo – SP: Brasil Escola, 2021. Disponível em:<https://vestibular.brasilescola.uol.com.br/enem/lista-adesao-enem.htm>. Acesso em: 10 mai. 2021.

LIMA, Luciana Leite, D'ASCENZI, Luciano. **Políticas Públicas, Gestão Urbana e Desenvolvimento Local.** Porto Alegre – RS: Metamorfose, 2018.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & educação.** 2. ed. rev. ampl. Belo Horizonte – MG: Autêntica Editora, 2011.

MACHADO, Paulo Cesar. A mediação do ensino de biologia na aprendizagem escolar do surdo por meio do SES. *In:* RAMIREZ, Alejandro Rafael Garcia, MASUTTI, Mara Lúcia (Orgs.). **A educação de surdos em perspectiva bilíngue:** uma experiência de elaboração de *softwares* e suas implicações pedagógicas. Florianópolis – SC: Editora da UFSC, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Maria Cecília de Souza Minayo (Org). 28. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Sistema de Seleção Unificada.** Brasília – DF: MEC, 2021. Disponível em:<https://sisu.mec.gov.br/#/vagas#onepage>. Acesso em: 10 mai. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Portaria Nº 661, de 9 de abril de 2020.** Brasília – DF: MEC, 2020. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria-661-20-mec.htm>. Acesso em: 30 out. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). **Plataforma Brasil:** CAAE 25999219.8.0000.5698. Brasília – DF: MS, 2019. Disponível em: <https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

MINSTÉRIO DA SAÚDE (MS). **Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde**. Brasília – DF: MS, 2021. Disponível em:<https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 7 nov. 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **MPF/RO e OAB processam Universidade Federal e União por falta de intérpretes de Libras.** Porto Velho – RO: MPF, 2017. Disponível em: <https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/432338189/mpf-ro-e-oab-processam-universidade-federal-e-uniao-por-falta-de-interpretes-de-Libras>. Acesso em: 20 jan. 2021.

MORAES, Allane. **Pandemia dificulta comunicação em Libras.** Campinas – SP: PUC, 2021. Disponível em:<https://digitais.net.br/2020/12/pandemia-comunicacao-Libras/>. Acesso em: 20 mai. 2021.

MORETTIN, Pedro A., BUSSAB, Wilton de O. **Estatística básica.** 6. ed. rev. atual. São Paulo – SP: Saraiva, 2010.

OLIVEIRA, Sônia Marta de. CODA: um mundo, duas culturas? dois mundos, duas culturas? *In:* QUADROS, Ronice Müller de, WEININGER, Markus J. (Orgs.). **Estudos da Língua Brasileira de Sinais.** v. 3. Florianópolis – SC: Ed. Insular; PEGET/UFSC, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Nova Iorque – Estados Unidos: ONU, 2015. Disponível em:<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 10 Jun. 2021.

_____. **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Nova Iorque, EUA: ONU, 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 03 mar. 2021.

_____. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Nova Iorque, EUA: ONU, 1994. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

_____. **Convenção sobre os Direitos da Criança.** Nova Iorque, EUA: ONU, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 03 mar. 2021.

_____. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes.** Nova Iorque, EUA: ONU, 1975. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

_____. **Declaração dos Direitos das Crianças.** Nova Iorque, EUA: ONU, 1959. Disponível em: <http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp-content/uploads/2017/04/DECLARA%C3%87%C3%83O-DOS-DIREITOS-DAS-CRIAN%C3%87AS.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Nova Iorque, EUA: ONU, 1948. Disponível em: <http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp-content/uploads/2017/04/Anexo4_DUDU_por.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.** Washington, EUA: OEA, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Painel do Coronavírus da OMS (COVID-19).** Genebra, Suíça: OMS, 2021. Disponível em:<https://covid19.who.int/>. Acesso em: 5 nov. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS), _____. **Folha informativa sobre COVID-19.** Washington, EUA, Genebra, Suíça: OPAS, OMS, 2021. Disponível em:<https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 4 nov. 2021.

_____. **OMS e União Internacional de Telecomunicações recomendam novo padrão global para prevenir perda auditiva entre 1,1 bilhão de pessoas.** Genebra – Suíça,

Washington – EUA: OMS, OPAS, 2019. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5869:oms-e-uniao-internacional-de-telecomunicacoes-recomendam-novo-padrao-global-para-prevenir-perda-auditiva-entre-1-1-bilhao-de-pessoas&Itemid=839>. Acesso em: 20 jan. 2021.

QUADROS, Ronice Müller de, CRUZ, Carina Rebello. **Língua de Sinais:** instrumentos de avaliação. Porto Alegre – RS: Artmed, 2011.

_____. **Educação de surdos:** a aquisição da linguagem. Porto Alegre – RS: Artmed, 2008.

_____, KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira:** estudos linguísticos. Porto Alegre – RS: Artmed, 2004.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB). **Comprovante de inscrição e situação cadastral.** Brasília – DF: Receita Federal, 2019. Disponível em: < https://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp> . Acesso em: 26 ago. 2021.

RODRIGUES, Antônio. **UFCA aprova curso de Letras-Libras no Dia Nacional do Surdo.** Fortaleza – CE: Diário do Nordeste, 2016. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/cariri/cidades/ufca-aprova-curso-de-letras-Libras-no-dia-nacional-do-surdo/12619>. Acesso em: 20 mai. 2021.

ROMÁRIO, Lucas. **Pedagogia surda:** cultura, diferença e construção de identidades. Curitiba – PR: CRV, 2018.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas.** 3. ed. rev. atua. Florianópolis – SC; Brasília – DF: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; CAPES/UAB, 2014.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos.** 2. Ed. São Paulo – SP: Paulinas, 2010.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** STROH, Paula Yone (Org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTANA, Ana Paula. **A inclusão do surdo no ensino superior no Brasil.** *In: Journal of Research in Special Educational Needs.* v. 16. n. s1. Lisboa – Portugal: Nasen, 2016. p. 85-88. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1471-3802.12128>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SARLET, Ingo Wolfgang, MARINONI, Luiz Guilherme, MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional.** 6. ed. São Paulo –SP: Saraiva, 2017.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2010.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Políticas Públicas:** conceitos e práticas. Belo Horizonte – MG: SEBRAE, 2008.

SILVA, Angela Carrancho da. A representação social da surdez: entre o mundo acadêmico e o cotidiano escolar. *In:* FERNANDES, Eulalia (Org.). **Surdez e bilinguismo.** 7. ed. Porto Alegre – RS: Mediação, 2015.

SILVA, Angélica Bronzatto de Paiva e. Surdez, inteligência e afetividade. *In:* SILVA, Ivani Rodrigues, KAUCHAKJE, Samira, GESUELI, Zilda Maria (Orgs.). **Cidadania, surdez e linguagem:** desafios e realidades. 4. ed. São Paulo – SP: Plexus Editora, 2003a.

SILVA, Ivani Rodrigues. Considerações sobre a construção da narrativa pelo aluno surdo. *In:* _____, KAUCHAKJE, Samira, GESUELI, Zilda Maria (Orgs.). **Cidadania, surdez e linguagem:** desafios e realidades. 4. ed. São Paulo – SP: Plexus Editora, 2003b.

SKLIAR, Carlos. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. *In:* _____. **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre – RS: Ed. Mediação, 2016.

SOUSA, Aline Nunes de. Abordagem comunicativa e abordagem bilíngue: uma articulação para o ensino da língua inglesa para surdos. *In:* QUADROS, Ronice Müller de, _____ (Orgs.). **Estudos da Língua Brasileira de Sinais.** v. 3. Florianópolis – SC: Ed. Insular; PEGET/UFSC, 2014.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** 4. ed. Florianópolis-SC: UFSC, 2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). **ADI 6590.** Brasília – DF: STF, 2020. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6036507>. Acesso em: 15 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA). **Graduação.** Juazeiro do Norte – CE: UFCA, 2021a. Disponível em: < https://www.ufca.edu.br/admissao/graduacao/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

_____. **Letra/Libras.** Juazeiro do Norte – CE: UFCA, 2021b. Disponível em: <https://www.ufca.edu.br/cursos/graduacao/letras-Libras/>. Acesso em: 18 mai. 2021.

_____. **Apresentação e história.** Juazeiro do Norte – CE: UFCA, 2019a. Disponível em: <https://www.ufca.edu.br/instituicao/apresentacao-e-historia/>. Acesso em: 15 mai. 2021.

_____. **Campi.** Juazeiro do Norte – CE: UFCA, 2019b. Disponível em: <https://www.ufca.edu.br/instituicao/campi/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

_____. **Juazeiro do Norte.** Juazeiro do Norte – CE: 2019c. Disponível em: <https://www.ufca.edu.br/instituicao/campi/juazeiro-do-norte/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

_____. **Processos Seletivos Anteriores (Graduação).** Juazeiro do Norte – CE: UFCA, 2019d. Disponível em: < https://www.ufca.edu.br/admissao/concursos-e-selecoes/quadro-de-referencia-dos-taes/>. Acesso em: 10 set. 2021.

_____. **Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos da UFCA.** Juazeiro do Norte – CE: UFCA, 2019e. Disponível em: < https://www.ufca.edu.br/admissao/concursos-e-selecoes/quadro-de-referencia-dos-taes/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

_____. **Tradução e Interpretação de Libras.** Juazeiro do Norte – CE: UFCA, 2019f. Disponível em: < https://www.ufca.edu.br/cursos/pos-graduacao/especializacao/traducao-e-interpretacao-de-Libras/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

_____. **UFCA disponibiliza edital 2019.1 do Sisu em Libras.** Juazeiro do Norte – CE: UFCA, 2018a. Disponível em:<https://Libras.ufca.edu.br/2019/11/ufca-disponibiliza-edital-2019-1-do-sisu-em-Libras/>. Acesso em: 10 mai. 2021.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Letras:** Língua Brasileira de Sinais (Libras). Juazeiro do Norte – CE: UFCA, 2018b. Disponível em: <https://www.ufca.edu.br/cursos/graduacao/Letras-Libras/projeto-pedagogico/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

_____. **Resolução 04/2017 Aprova o Regulamento dos Cursos de Graduação.** Juazeiro do Norte – CE: UFCA, 2017. Disponível em: < https://www.ufca.edu.br/admissao/graduacao/estudantes-especiais/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação básica e educação superior:** projeto político-pedagógico. 6. ed. Campinas-SP: Papirus, 2012.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável:** o desafio do século XXI. Rio de Janeiro – RJ: Garamond, 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo – SP: Atlas, 2005.

VIEIRA, V.M.O. Contribuições da técnica de “associação livre de palavras” para a compreensão da sexualidade na adolescência. **Revista Espaço Pedagógico**. Passo Fundo, p.260-281, 2019.

WEININGER, Markus J., QUEIROZ, Mylene. Interpretação na área da saúde em Libras-Português: abordagem teórica, retrato da prática e tarefas para o futuro. *In:* QUADROS, Ronice Müller de, _____ (Orgs.). **Estudos da Língua Brasileira de Sinais.** v. 3. Florianópolis – SC: Ed. Insular; PEGET/UFSC, 2014.

WIKIPÉDIA. **Google Forms.** São Francisco, EUA: Wikipédia, 2020. Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Forms>. Acesso em: 10 jan. 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre – RS: Bookman, 2001.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de Pesquisa.** 2. ed. Florianópolis – SC: UFSC, 2013.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA SERVIDORES DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS/LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

Título da pesquisa: INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA/SURDA NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS/LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI.

1 – Sexo:

( ) masculino

( ) feminino

2 – Ano de nascimento: _____

3 – Escolaridade:

( ) Graduação Completa

( ) Especialização Incompleta

( ) Especialização Completa

( ) Mestrado Incompleto

( ) Mestrado Completo

( ) Doutorado Incompleto

( ) Doutorado Completo

( ) Pós-doutorado Incompleto

( ) Pós-doutorado Completo

4 – Qual a sua procedência? _____

5 – Condição auditiva?

( ) Pessoa com Deficiência Auditiva

( ) Surda

( ) Ouvinte

6 – O que lhe motivou para fazer parte do Curso de Licenciatura em Letras/Libras? (PERMITE MAIS DE UMA RESPOSTA)

( ) Familiares morando na Região

( ) Familiares com doença e necessitando de cuidados especiais

( ) Comodidade

( ) Necessidade

( ) Oportunidade de emprego

( ) Valor salarial

( ) Atratividade pela Região

( ) Outros _____

7 – Qual a importância da implantação do Curso de Licenciatura em Letras/Libras? (PERMITE MAIS DE UMA RESPOSTA)

( ) Inclusão de Pessoa com Deficiência Auditiva/surda no nível superior

( ) Inserção da pessoa com deficiência auditiva/surda na sociedade

( ) Capacitação para acessibilidade

( ) Habilitar profissionais para a atuação junto à comunidade

( ) Interiorização do Curso de Letras/Libras

( ) Outros: _____

8 – Em relação à pessoa com deficiência auditiva/surda, a Universidade Federal do Cariri? (MARCAR SIM OU NÃO)

8.1 Oferta número suficiente de docentes ( ) SIM ( ) NÃO

8.2 Oferta número suficiente de técnicos administrativos ( ) SIM ( ) NÃO

8.3 Oferta quantidade de sala de aula suficiente ( ) SIM ( ) NÃO

8.4 Oferta tecnologias assistivas (EX: programas computacionais) ( ) SIM ( ) NÃO

8.5 Oferta acervo bibliográfico condizente com a proposta do Curso ( ) SIM ( ) NÃO

8.6 Oferta espaços com acessibilidade (EX: sinal luminoso de emergência) ( ) SIM ( ) NÃO

8.7 Oferta capacitações permanentes ( ) SIM ( ) NÃO

8.8 Promove educação continuada ( ) SIM ( ) NÃO

8.9 Estimula a realização de eventos voltados para a temática da pessoa com deficiência auditiva ( ) SIM ( ) NÃO

9 – Que dificuldades você aponta no sistema educacional em relação ao acolhimento do estudante com deficiência auditiva/surda? (PERMITE MAIS DE UMA RESPOSTA)

( ) Age com descaso

( ) Excluem

( ) Discriminam

( ) Dificultam a matrícula

( ) Não possui profissionais habilitados

( ) Não possuem profissionais em quantidade suficiente

( ) Não sei

10 – Qual a importância das entidades para a implantação do Curso de Licenciatura em Letras/Libras?

( ) Não influenciaram no processo

( ) Atuaram ativamente

( ) Não sei

11 - De que forma a implantação do Curso de Licenciatura em Letras/Libras na Universidade Federal do Cariri auxiliará a comunidade surda?

( ) Formação

( ) Ampliação da quantidade de profissionais habilitados

( ) Inclusão

( ) Acessibilidade

( ) Visibilidade da pessoa com deficiência auditiva/surda

( ) Não sei

12 – Você considera que o número de professores de Libras na Região do Cariri e Centro Sul do Ceará é suficiente para a demanda?

( ) Sim

( ) Não

( ) Não sei

13 – Quantos alunos estão matriculados no Curso de Letras/Libras?

_____

_____

14 – O que a Libras representa para você?

_____

_____

_____

_____

15 – O que o Curso de Licenciatura em Letras/Libras representa para você?

_____

_____

_____

_____

16 – Você considera que a comunidade surda possuiu alguma influência na implantação do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Libras?

( ) Influenciou muito.

( ) Influenciou pouco.

( ) Não influenciou.

( ) Não sei.

17 – Você considera coerente a forma atual de ingresso da pessoa com deficiência auditiva/surda no Curso de Letras/Libras da UFCA?

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

18 - Houve impactos na comunidade surda com a implantação do Curso de Letras/Libras da UFCA?

( ) Sim

( ) Não

( ) Não sei

19 – Se sim, quais?

_____

_____

_____

_____

_____

_____

20 – Haverá impactos futuros na comunidade surda com o Curso de Letras/Libras da UFCA?

( ) Sim

( ) Não

( ) Não sei

21 – Se sim, Quais?

_____

_____

_____

_____

_____

_____

22 – Você considera coerente a forma atual de ingresso da pessoa com deficiência auditiva/surda no Curso de Letras/Libras da UFCA?

_____

_____

_____

_____

_____

_____

23 – Como você vê a pessoa com deficiência auditiva/surdo?

_____

_____

_____

_____

_____

_____

24 – Quando se menciona a palavra "Libras", indique cinco palavras que vêm a sua mente:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

25 – Quando se menciona o curso "Letras/Libras", indique cinco palavras que vêm a sua mente:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

26 – Quando se fala a expressão "Comunidade Surda", indique cinco palavras que vêm a sua mente:

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA REPRESENTANTES DE ENTIDADES DA COMUNIDADE SURDA

Título da pesquisa: INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA / SURDA NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS/LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI.

1 - Qual o nome da entidade? Como nasceu a entidade?

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

2 - Houve mudança no nome da Entidade? Para qual nome?

_____

_____

3 – Qual o Município onde você reside? _____

4 – Qual sua função na Entidade? _____

5 – Em que ano iniciou sua atividade na Entidade? _____

6 – Antes de ingressar na Entidade, já desenvolvia algum ativismo em relação à pessoa com deficiência auditiva/surda?

( ) Sim

( ) Não

7 – Possui alguma deficiência/surdez?

( ) Sim

( ) Não

8 – Se possuir deficiência, qual a deficiência? (ADMITE MAIS DE UMA OPÇÃO)

( ) Deficiência visual

( ) Deficiência auditiva

( ) Deficiência Mental

( ) Deficiência Física

( ) Deficiência Múltipla

( ) Outra: _____

9 – A Entidade colaborou para que fosse criado/implantado o Curso de Licenciatura em Letras/Libras na Universidade Federal do Cariri? De que forma se deu essa contribuição?

_____

_____

_____

_____

10 – Qual a importância da implantação do Curso de Licenciatura em Letras/Libras na Universidade Federal do Cariri? (PERMITE MAIS DE UMA RESPOSTA)

( ) Inclusão de pessoa com deficiência auditiva/surda no nível superior

( ) Inserção da pessoa com deficiência auditiva/surda na sociedade

( ) Capacitação para acessibilidade

( ) Habilitar profissionais para a atuação junto à comunidade

( ) Interiorização do Curso de Letras/Libras

( ) Outros: _____

11 – A sociedade dá importância ao Curso de Licenciatura em Letras/Libras na Universidade Federal do Cariri?

( ) Sim

( ) Não

( ) Não Sei

12 – Como você vê atualmente a forma como a sociedade trata a pessoa com deficiência auditiva/surda?

_____

_____

_____

13 – Como você vê a pessoa com deficiência auditiva na educação? (PERMITE MAIS DE UMA RESPOSTA)

( ) Esquecida

( ) Excluída

( ) Discriminada

( ) Acolhida

( ) Incluída

( ) Em processo de inclusão

( ) Não sei

14 – Você considera que o número de professores de Libras na Região do Cariri e Centro Sul do Ceará é suficiente para a demanda?

( ) Sim

( ) Não

( ) Não sei

15 – Houve impactos na comunidade surda com a implantação do Curso de Letras/Libras da UFCA?

( ) Sim

( ) Não

( ) Não sei

16 – Se sim, quais?

_____

_____

_____

17 – Haverá impactos futuros na comunidade surda com o Curso de Letras/Libras da UFCA?

( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

18 – Se sim, Quais?

_____
_____
_____

19 – Como você vê a pessoa com deficiência auditiva/surdo?

_____
_____
_____

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS DO CURSO DE LETRAS/LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

Título da pesquisa: INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA/SURDA NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS/LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI.

1 – Sexo:

( ) Masculino

( ) Feminino

2 – Ano de nascimento: _____

3 – Escolaridade:

( ) Ensino Médio Completo

( ) Graduação Incompleta

( ) Graduação Completa

( ) Especialização Incompleta

( ) Especialização Completa

( ) Mestrado Incompleto

( ) Mestrado Completo

( ) Doutorado Incompleto

( ) Doutorado Completo

( ) Pós-doutorado Incompleto

( ) Pós-doutorado Completo

4 – Renda: _____

5 – Na sua família há pessoas com deficiência auditiva/surdo?

( ) Sim

( ) Não

6 – Qual sua procedência? _____

7 – Condição auditiva?

( ) Pessoa com Deficiência Auditiva

( ) Surdo

( ) Ouvinte

8 – O que o levou a optar pelo ingresso no Curso de Licenciatura em Letras/Libras da Universidade Federal do Cariri? (PERMITE MÚLTIPLA ESCOLHA)

( ) Familiares com deficiência auditiva/surdez

( ) Amigos/conhecidos com deficiência

( ) Já trabalha na área

( ) Oportunidade de emprego

( ) Afinidade pelo Curso

( ) Outros _____

9 – Já possui outras formações na área?

( ) Sim

( ) Não

10 – Se possuir outra(s) formação(ões), qual(is) a(s) formação(ões)?

_____

11 – Atua como intérprete e/ou tradutor de Libras?

( ) Sim

( ) Não

12 – Se sim, na rede pública ou privada?

( ) Rede pública

( ) Rede Privada

13 – Qual a importância do Curso de Licenciatura em Letras/Libras na Universidade Federal do Cariri? (PERMITE MAIS DE UMA RESPOSTA)

( ) Inclusão de Pessoa com Deficiência Auditiva no nível superior

( ) Inserção da pessoa com deficiência auditiva na sociedade

( ) Capacitação para acessibilidade

( ) Habilitar profissionais para a atuação junto à comunidade

( ) Interiorização do Curso de Letras/Libras

( ) Outros: _____

14 – A sociedade dá importância ao Curso de Licenciatura em Letras/Libras na Universidade Federal do Cariri?

( ) Sim

( ) Não

( ) Não sei

15 – Como você vê a pessoa com deficiência auditiva/surda na educação?

( ) Esquecida

( ) Excluída

( ) Discriminada

( ) Acolhida

( ) Incluída

( ) Em processo de inclusão

( ) Não sei

16 – Após concluir o Curso de Licenciatura em Letras/Libras na Universidade Federal do Cariri que retorno você dará para a comunidade surda?

_____

_____

_____

17 – De que forma a implantação do Curso de Licenciatura em Letras/Libras na Universidade Federal do Cariri auxiliará a comunidade surda?

( ) Formação

( ) Ampliação da quantidade de profissionais habilitados

( ) Inclusão

( ) Acessibilidade

( ) Visibilidade da pessoa com deficiência auditiva/surda

( ) Não sei

18 – Em relação à pessoa com deficiência auditiva/surda a Universidade Federal do Cariri? (MARCAR SIM OU NÃO)

18.1 Oferta número suficiente de docentes ( ) SIM ( ) NÃO

18.2 Oferta número suficiente de técnicos administrativos ( ) SIM ( ) NÃO

18.3 Oferta quantidade de sala de aula suficiente ( ) SIM ( ) NÃO

18.4 Oferta tecnologias assistivas (EX: programas computacionais) ( ) SIM ( ) NÃO

18.5 Oferta acervo bibliográfico condizente com a proposta do Curso ( ) SIM ( ) NÃO

18.6 Oferta espaços com acessibilidade (EX: sinal luminoso de emergência) ( ) SIM ( ) NÃO

18.7 Oferta capacitações permanentes ( ) SIM ( ) NÃO

18.8 Promove educação continuidade ( ) SIM ( ) NÃO

18.9 Estimula a realização de eventos voltados para a temática da pessoa com deficiência auditiva/surda ( ) SIM ( ) NÃO

19 – O que a Libras representa para você?

_____

_____

_____

20 – O que o Curso de Licenciatura em Letras/Libras representa para você?

_____

_____

_____

21 – Você considera que a comunidade surda possuiu alguma influência na implantação do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Libras?

( ) Influenciou muito.

( ) Influenciou pouco.

( ) Não influenciou.

( ) Não sei.

22 – Você considera coerente a forma atual de ingresso da pessoa com deficiência auditiva/surda no Curso de Letras/Libras da UFCA?

_____

_____

_____

_____

_____

_____

23 - Você considera que o número de professores de Libras na Região do Cariri e Centro Sul do Ceará é suficiente para a demanda?

_____

_____

_____

24 – Houve impactos na comunidade surda com a implantação do Curso de Letras/Libras da UFCA?

( ) Sim

( ) Não

( ) Não sei

25 – Se sim, quais?

_____

_____

_____

26 – Haverá impactos futuros na comunidade surda com o Curso de Letras/Libras da UFCA?

( ) Sim

( ) Não

( ) Não sei

27 – Se sim, Quais?

_____

_____

_____

28 – Como você vê a pessoa com deficiência auditiva/surdo?

_____

_____

_____

29 – Quando se menciona a palavra "Libras", indique as cinco palavras que vêm a sua mente:

_____

_____

_____

30 – Quando se menciona o curso "Letras/Libras", indique as cinco palavras que vêm a sua mente:

_____

_____

_____

31 – Quando se fala a expressão "Comunidade Surda", indique cinco palavras que vêm a sua mente:

_____

_____

_____

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO ELETRÔNICO COM RECURSOS DE MULTIMÍDIA DESTINADO AOS ALUNOS E SERVIDORES VINCULADOS AO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS/LIBRAS DA UFCA

Você está sendo convidado(a) voluntariamente a participar da pesquisa: **INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA / SURDA NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS/LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI,** que tem o objetivo de analisar o processo de implantação do Curso de Letras/Libras na Universidade Federal do Cariri. Você será solicitado apenas uma vez para responder ao questionário e as perguntas serão feitas pelo pesquisador ou caso não deseje assim, poderá preenchê-lo.

Em face do advento da pandemia da COVID-19, a pesquisa será submetida a partir de formato eletrônico através do aplicativo Google Forms, com isso carecerá do acesso ao endereço eletrônico de e-mail, cuja obtenção se dará através do resguardo do Termo de Anuência a ser fornecido pelo representante legal do curso de licenciatura em Letras/Libras daUFCA.

Diante de tal fato, a pesquisa poderá apresentar os seguintes riscos: 1 - em relação aos dados de e-mail: integridade dos endereços de e-mail; 2 - em relação ao preenchimento do questionário: os riscos são mínimos, tais como: estresse; desconforto; mal estar; constrangimento.

Contudo, para minimizar ou extirpar os riscos serão adotadas as seguintes medidas: em relação ao risco 1, os dados possuirão caráter sigiloso, ficando na guarda apenas do pesquisador, de modo que as informações estejam acessíveis apenas a ele e após a conclusão dos trabalhos que requerem a utilização de tais dados, estes sejam descartados do meio eletrônico onde estiver armazenado, mais especificamente o Google Forms, cujo acesso é restrito ao pesquisador responsável pela elaboração do formulário.

No que concerne aos riscos 2, eles serão minimizados ou excluídos a partir do resguardo do sigilo do respondente, bem como da liberdade que terá para se recusar a responder ou não alguma questão.

Ressalta-se que a colaboração com o estudo será através da resposta ao questionário eletrônico constituído por perguntas abertas e fechadas através do aplicativo

Google Forms. Contudo, o respondente deverá guardar consigo uma cópia do Termo de Consentimento Livre Esclarecido Eletrônico. Contudo, tão logo seja viável, será entregue ao participante uma via física do Termo de Consentimento Livre Esclarecido assinada pelo pesquisador.

Do estudo, o participante poderá aguardar algumas benfeitorias indiretas e coletivas, dentre elas: visibilidade ao curso de Licenciatura Plena em Letras/Libras; estímulo para aumento de vagas de professores de Libras; difusão de informação sobre os direitos da pessoa com deficiência auditiva / surda; incitação para implementação de escolas bilíngues.

Você será orientado sobre o estudo no aspecto que considerar necessário e conveniente, sendo livre para aceitar a participação, retirar sua autorização ou parar a participação a qualquer instante. Sua participação é voluntária, sem contrapartida financeira e sua desistência não trará nenhum prejuízo para você.

Você terá sua identidade tratada com sigilo. Qualquer objeto, nome ou características que permita a sua identificação não será liberado sem sua autorização. Não haverá nenhuma publicação resultado do estudo, que possa permitir a sua identificação. Você receberá uma cópia desse termo, que conterá a sua assinatura e do pesquisador, tão logo seja viável a entrega, com igual conteúdo para tê-la em sua guarda.

DECLARAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE

Eu,_____ fui esclarecido(a) do objetivo da pesquisa acima de forma que não existe dúvida. Sabendo que a qualquer instante posso pedir novas informações e determinar minha decisão se achar necessário. Estou consciente que todas as informações dessa pesquisa são sigilosas. Cuja validação da informação se dará a partir da anuência realizada de forma eletrônica ao iniciar o preenchimento do questionário.

Existindo qualquer dúvida, posso entrar em contato com o pesquisador responsável pela execução da pesquisa **Jucycler Ferreira Freitas**, aluno do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri – Campus Crato (situado na Rua Ícaro de Sousa Moreira, Bairro Barro Branco, em Crato – CE, telefone para contato (88) 3221-9503, e-mail: proder@ufca.edu.br), com quem poderei

manter contato através do telefone: (88)9.9929-5632/9.9232-3727, bem como pelos e-mails: jucyclerferreira@yahoo.com.br e jucyclerferreira@gmail.com.

Terei a possibilidade de contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Medicina de Universidade Federal do Cariri, situado na Ruaivino Salvador, Nº 284, Sala Nº A-109, Bairro Rosário, em Barbalha – CE, CEP: 63.180- 000, telefone: (88) 3221-9606, e-mail: cep@ufca.edu.br.

Declaro a partir da anuência eletrônica, que estou de acordo em participar da pesquisa. Informo ainda que, a cópia deste termo ficará a minha disposição através do formato eletrônico, através da opção "envie-me uma cópia das minhas respostas" e por meio do envio automático para o e-mail cadastrado. Bem como, estou ciente de que também será entregue uma via física desse termo assinada pelo pesquisador, tão logo seja viável o procedimento.

Salientando que me foi concedida a oportunidade de ler e esclarecer as dúvidas.

Juazeiro do Norte-CE,_____de_____de _____

_____

Assinatura do participante

Juazeiro do Norte-CE,_____de_____de _____

_____

Assinatura do pesquisador